



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia - FAENG



ALEXANDRO DA SILVA SOUZA

**ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM
ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO HANAITI YOMOMO,
ALDEIA BREJÃO, TERRA INDÍGENA DE NIOAQUE, MS**

Campo Grande, MS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ENGENHARIAS E ARQUITETURA E URBANISMO E
GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

ALEXANDRO DA SILVA SOUZA

**ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM
ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO HANAITI YOMOMO,
ALDEIA BREJÃO, TERRA INDÍGENA DE NIOAQUE, MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais, linha de pesquisa Bioeconomia

Orientador: Prof. Dr. Alencar Garcia Bacarji
Coorientador(a): Prof.^a Dr.^a Eliane Guaraldo

Aprovada em: 27 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alencar Garcia Bacarji
Orientador PGRN- UFMS

Prof.^a Dr.^a Eliane Guaraldo
Coorientador(a) PGRN- UFMS

Prof. Dr. Antonio Conceição Paranhos Filho
UFMS

Prof.^a Dr.^a Deise Bresan
UFMS

**Campo Grande, MS
2023**

DEDICATÓRIA

A Deus, pela sabedoria, pela força, pela graça e alegria de poder chegar a mais uma conquista, pois ele é quem esquadrinha nossos passos como escrito no Salmo 139.

A minha família, Daniele Lorenço Gonçalves, Yarin Alûna Lorenço Souza, Ayla Ele'ê Lorenço Souza e Pedro Gonçalves Fernandes, que têm acompanhado a minha caminhada, que chega a mais uma importante conquista: meu carinho, amor e gratidão.

Aos meus pais, Maria Madalena da Silva Souza e Eugênio de Souza, todo meu carinho amor, admiração e gratidão pelo incentivo em todos os momentos da minha vida.

Aos meus irmãos Ronailson da Silva Souza, Ronicleder da Silva Souza, Regiane da Silva Souza, Claudiane da Silva Souza, Claudilene da Silva Souza, Nayra Katia da Silva Souza e Thais da Silva Souza, pelas orações e incentivos durante a minha caminhada.

Este trabalho é dedicado a vocês que me acompanham e torcem pelas minhas conquistas.

EPÍGRAFE

*Meu filho, se você se tornar sábio, eu ficarei
muito feliz. Eu me sentirei orgulhoso quando
ouvir você falar com sabedoria. Pv 23.15-16*

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso, que tem sustentado em minha caminhada e faz com que tudo seja conquistado de forma simples, eficaz com muita dedicação e trabalho. A minha família Daniele Lorenço Gonçalves, Yarin Alûna Lorenço Souza, Ayla Ele'ê Lorenço Souza e Pedro Gonçalves Fernandes, que tem me acompanhado nessa importante conquista, amo vocês. Aos meus pais e irmãos ao qual o senhor Deus tem me dado aqui na face da terra, o Pastor Eugênio de Souza e Missionária Maria Madalena da Silva Souza, pai, mãe e meus irmãos, gratidão, amo muito vocês e muito obrigado, pelas orações e carinho de cada um. A minha Coorientadora PGRN- UFMS, Prof.^a Dr.^a Eliane Guaraldo, Orientador PGRN- UFMS, Prof. Dr. Alencar Garcia Bacarji, expresso a minha admiração e gratidão, pois se não fosse essas pessoas capacitadas e constituída de conhecimento científico, ficaria impossível alcançar mais esta etapa da minha vida. A associação Hanaiti Yomomo – AHY, que desde a sua fundação 2010, me proporcionou experiências incríveis através de seminário, trocas de experiências, feiras, intercâmbios e promoveu a troca de saberes com vários povos e comunidades tradicionais do Brasil todo, grato a cada membro que ajudou a fundar e a sistematizar informações para que tudo fosse construído com os pés no chão e executasse com louvor os projetos contemplados, o que me resta é dizer muito obrigado e deixo este material como um símbolo maior para fomentar vários outras inciativas exitosas que buscam o etnodesenvolvimento de seus territórios, para que fortaleça o bem viver dos povos indígenas no bioma cerrado. Não poderia deixar de agradecer a academia, a Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que possibilitou tudo isso acontecer através do Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais – PGRN, que contribuiu muito para minha carreira e vida profissional, muito obrigado a todos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
RESUMO GERAL	x
GENERAL ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO GERAL	01
OBJETIVO GERAL.....	07
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	07
ÁREA DE ESTUDO	08
PRIMEIRO CAPÍTULO: Caracterização da etnia Terena e as práticas agroextrativistas desenvolvidas na Aldeia Brejão, Nioaque, MS.....	09
1.1. Introdução.....	10
1.2. Material e Métodos.....	11
1.3. Resultados e Discussão.....	11
1.4. Considerações Finais	27
1.5. Referências Bibliográficas.....	28
SEGUNDO CAPÍTULO: Etnodesenvolvimento sustentável: uma análise cienciométrica.....	32
2.1. Introdução.....	33
2.2. Material e Métodos.....	34
2.3. Resultados e Discussão.....	35
2.4. Considerações Finais	47
2.5. Referências Bibliográficas.....	47
TERCEIRO CAPÍTULO: Etnodesenvolvimento sustentável: construindo pontes entre a universidade e a comunidade indígena.....	49
3.1. Introdução.....	50
3.2. Material e Métodos.....	51
3.3. Resultados e Discussão.....	52

3.4. Considerações Finais	58
3.5. Referências Bibliográficas.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE I.....	68
APÊNDICE II.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. Mapa de localização da Aldeia Brejão – Nioaque/MS.....	08
Figura 1.2.: Distribuição dos povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul.....	18
Figura 2.1 População residente, por cor ou raça (%).....	36
Figura 2.2. Países que mais publicaram sobre a temática entre 2012 a 2021.....	38
Figura 2.3 Ano de crescimento das publicações contendo as palavras chave no período pesquisado.....	39
Figura 2.4. Áreas de estudos que mais publicaram com o tema utilizado nas palavras chave.....	40
Figura 2.5. Formatos de documentos publicados no período.....	41
Figura 2.6. Apresenta o número de citações entre 2012 a 2021.....	41
Figura 2.7. Países que mais publicaram sobre a temática entre 2012 e 2021.....	44
Figura 2.8. Ano de crescimento das publicações contendo as palavras chave no período pesquisado.....	44
Figura 2.9. Áreas de estudos que mais publicaram com o tema utilizado nas palavras chave.....	45
Figura 2.10. Formatos de documentos publicados no período.....	46
Figura 2.11. Apresenta o número de citações entre 2014 e 2021.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 Distribuição das Aldeias Terena em Mato Grosso do Sul.....	20
Quadro 1.2. Elementos que compõem a identidade organizacional AHY.....	26
Quadro 3.1. Quadro síntese dos resultados da pesquisa, perfil do entrevistado.....	53
Quadro 3.2. Quadro síntese dos resultados da pesquisa, produção e colaboração AHY.....	54
Quadro 3.3 Ações de extensão do projeto “Formação em atividades de suporte ao agroextrativismo sustentável - AHY/ Aldeia Brejão, Nioaque, MS”	56

RESUMO GERAL

SOUZA, A. S. (2023). Etnodesenvolvimento Sustentável: Um estudo da Associação Hanaiti Yomomo, Aldeia Brejão, Terra Indígena de Nioaque, MS. 2023. 90p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Resumo: A busca pelo etnodesenvolvimento realizado pelos povos indígenas traz à tona a necessidade de um novo olhar para o desenvolvimento, sendo este baseado no cuidado com as comunidades tradicionais, o respeito ao bem viver nos seus territórios, à preservação da biodiversidade, enfim, uma forma de viver que concilia desenvolvimento e preservação. Visando fomentar o desenvolvimento, os indígenas da Aldeia Brejão buscaram se organizar no formato de associação trazendo o “etno” como forma de desenvolvimento. O objetivo desta pesquisa foi abordar o etnodesenvolvimento sustentável na Associação Indígena Hanaiti Yomomo (AHY), aldeia Brejão, Terra Indígena de Nioaque, MS. Especificamente, pretendeu-se caracterizar a etnia Terena e as práticas agroextrativistas desenvolvidas na aldeia, realizar uma análise cienciométrica sobre etnodesenvolvimento sustentável e, por fim, avaliar os resultados da interlocução promovida entre a Universidade e a associação objeto de estudo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de uma revisão de literatura. Em seguida utilizou-se da aplicação de questionários ao grupo de associados, oriundos da população da pesquisa. Sequencialmente, foram identificadas as áreas prioritárias para o oferecimento de minicursos e capacitações junto à comunidade e iniciadas as ações extensionistas por meio de palestras, oficinas e minicursos. Com a realização da pesquisa foi possível observar a materialização das atividades da associação por meio do etnodesenvolvimento, trazendo um olhar construtivo e autossustentável para o povo Terena que ali habitam. Além disso, foi possível observar que a temática ainda é pouco explorada, sendo que as pesquisas científicas nessa área ainda são recentes, estando disponível um pequeno número de publicações de excelência. Foi possível observar a importância da interlocução universidade-comunidade, promovendo a troca de saberes entre as partes, à busca pela valorização de povos e comunidades tradicionais, bem como contribuir para a formação humanizadora da equipe executora.

Palavras-chave: preservação socioambiental, cienciométrica, bioeconomia, economia indígena, bioma Cerrado.

GENERAL ABSTRACT

Abstract: The search for ethnodevelopment carried out by indigenous peoples brings to light the need for a new look at development, which is based on care with traditional communities, respect for the good life in their territories, preservation of biodiversity, in short, a way of life that reconciles development and preservation. Aiming to promote development, the indigenous people of Aldeia Brejão sought to organize themselves in an association format, bringing “ethno” as a form of development. The objective of this research was to address sustainable ethnodevelopment in the Hanaiti Yomomo Indigenous Association (AHY), Brejão village, Nioaque Indigenous Land, MS. Specifically, it was intended to characterize the Terena ethnic group and the agroextractive practices developed in the village, carry out a scientometric analysis on sustainable ethnodevelopment and, finally, evaluate the results of the dialogue promoted between the University and the association object of study. For that, an exploratory research was carried out, through a literature review. Then, questionnaires were applied to the group of associates, coming from the research population. Sequentially, priority areas were identified for offering mini-courses and training to the community and extensionist actions were initiated through lectures, workshops and mini-courses. With the completion of the research, it was possible to observe the materialization of the association's activities through ethnodevelopment, bringing a constructive and self-sustainable look to the Terena people who live there. In addition, it was possible to observe that the theme is still little explored, and scientific research in this area is still recent, with a small number of excellent publications available. It was possible to observe the importance of university-community interlocution, promoting the exchange of knowledge between the parties, the search for the appreciation of traditional peoples and communities, as well as contributing to the humanizing training of the executing team.

Palavras-chave: socio-environmental preservation, scientometrics, bioeconomics, indigenous economy, Cerrado biome.

INTRODUÇÃO GERAL

No Brasil o termo etnodesenvolvimento teve nos estudos etnográficos um lugar de destaque nos últimos anos. No período pós II Guerra Mundial, o processo de modernização tecnológica que fortaleceu o sistema baseado na tríade capital-indústria-urbano difundiu a hipótese de que a transição das chamadas "sociedades tradicionais" para uma "sociedade moderna" seria considerada desejável e até mesmo inevitável, propagando-se a noção de um suposto fim dos povos indígenas através de uma rápida assimilação aos estados nacionais novos e modernos. Entretanto, a continuidade e atualidade dos povos indígenas vêm contrapondo esse pressuposto, bem como vem demonstrando que as populações chamadas “tradicionais” são capazes de utilizar as ferramentas criadas pela tecnologia moderna de maneira própria (ARRUDA, 2020).

Segundo Ferreira e Raposo (2017) a questão do desenvolvimento encontra-se estreitamente ligada ao projeto da modernidade ocidental. Assim, a “modernização” dos restantes dos países é entendida à imagem do Ocidente, sendo, portanto, sinônimo de ocidentalização. Esta narrativa da superioridade ocidental e da sua missão “civilizadora” ou “modernizadora” está baseada nos argumentos “filantrópicos” utilizados para justificar o colonialismo e, mais tarde, o desenvolvimentismo de meados do século XX (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Segundo Arantes, Stadler, Maioli (2012), somente na década de 1960 com a rápida industrialização e suas consequências relacionadas à quantidade de geração de resíduos e poluição é que se começa a debater a necessidade de proteção ambiental. Foi nesta década que ocorreu a criação do Código Florestal (BRASIL, 1965) e o Código de Proteção a Fauna Silvestre (BRASIL, 1967) sendo um período marcado pela relação recíproca entre poluição e desenvolvimento.

Somente a partir da década de 1970 foram observadas iniciativas que expressavam a preocupação em aliar crescimento econômico sem a degradação do meio natural e social. Cabe destacar, que a década de 70 foi marcada por crises econômicas, em especial as crises do petróleo, elevando o custo de produção de energia nos países que utilizavam da queima deste recurso (VIEIRA, 2014), sendo, portanto, necessário a redução do seu consumo, ensejando novas fontes de energia e matéria-prima.

Na década de 1980, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1983). Em seu relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987, enfatizava a necessidade um novo modelo de desenvolvimento capaz de compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental. Dessa forma, define-se desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades e as aspirações do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações terem satisfeitas as suas necessidades (CMMAD, 1991).

Segundo Ferreira e Raposo (2017) a sustentabilidade ambiental acabou por ser igualmente incorporada nos modelos neoclássicos do crescimento econômico, a par do capital físico, do capital humano e, posteriormente, do capital social, e ainda mais tarde do capital natural. O uso, mais ou menos intensivo, do capital natural passou a ser equacionado juntamente com as restantes variáveis, por forma a gerar o *output* econômico mais eficiente (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Neste cenário cabe destacar o esforço de identificação e reconhecimento das contribuições de povos indígenas e tradicionais para a reprodução da diversidade biológica e a conservação da natureza (SANCHES, 2020).

Em Amado (2009), encontra-se um amplo debate sobre desenvolvimento local. Segundo o autor, cada comunidade busca se desenvolver segundo suas acepções e

necessidades. Para ele, se por um lado o desenvolvimento é visto como sinônimo de “progresso”, de “industrialização” e oposto à “pobreza”, o etnodesenvolvimento emerge como contraponto ao desenvolvimento visto pelo viés econômico. O “etno” no “desenvolvimento” atribui um adjetivo ao processo no que respeita às experiências históricas e potenciais tradicionais e ambientais de cada povo e comunidade indígena. As estratégias de desenvolvimento local, quando implantadas de cima para baixo em comunidades tradicionais, como as indígenas, em grande parte não têm elevado os padrões de vida entre as pessoas mais pobres e o seu meio vivencial, conforme afirma Filgueira (2019). Questionamentos radicais sobre as ideias vinculadas à noção de desenvolvimento, tais como, crescimento, progresso, reforma de mercado, extrativismo, aumento desmedido de consumo material individual, etc., confluem para desenvolvimentos alternativos ou alternativas à própria ideia de desenvolvimento (SOUZA *et al.*, 2021).

Por outro lado, os povos originários buscam resistir e preservar práticas utilizadas em suas comunidades, contribuindo para o fortalecimento de práticas que buscam diversificar as tradicionais práticas no meio rural, caracterizada pelo uso intensivo do solo e demais recursos naturais. Neste sentido, o agroextrativismo surge como uma alternativa, a qual segundo Dutra e Souza (2018), é uma prática orientada para a diversificação, o consórcio de espécies, a imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural e o uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e das práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

Carrara (2007) afirma que cada vez mais se observa o uso tanto pelas organizações de agricultores locais, quanto por outras organizações e instituições regionais (cooperativa de agricultores familiares e agroextrativistas) e nacionais (Rede

Cerrado-Brasil), não governamentais e governamentais. Além disso, é possível observar o agroextrativismo nos referenciais teóricos relacionados às experiências dos povos e comunidades tradicionais, em cada experiência apresentada nos relatos dos trabalhos desenvolvidos por comunidades extrativistas no uso e manejo dos recursos naturais.

A presente pesquisa é desenvolvida por pesquisador Terena e com o povo Terena, Associação Indígena Hanaiti Yomomo (AHY), da aldeia Brejão, Terra Indígena (TI) de Nioaque, Mato Grosso do Sul, que desde 2009 vem pautando no agroextrativismo, na economia solidária e na agroecologia, sua fonte alternativa de etnodesenvolvimento local.

Esta pesquisa se justifica por buscar evidenciar o uso sustentável dos recursos naturais em territórios indígenas. Ademais, torna-se necessário apontar quais são os mecanismos utilizados para que esta organização possa olhar para o agroextrativismo como sistema de produção com vistas a promover uma potencial cadeia econômica de geração de renda e segurança alimentar junto a TI, tão necessária para que se tenha acesso às políticas públicas, que ainda não tem chegado às comunidades por falta de informação, capacitação, gestão de empreendimentos e assessoria técnica especializada.

É importante destacar que pesquisas científicas nessa área ainda são recentes e há pouca publicação à disposição para realização de levantamento bibliográfico.

No Brasil, ainda que de forma incipiente, algumas estratégias de valorização de produtos por características específicas são adotadas, como a certificação e a criação de selos distintivos nos produtos, porém, poucos estudos que tenham como foco os produtos agroextrativistas do Cerrado são encontrados na literatura. Em

diversos outros países, principalmente europeus, uma série de experiências voltadas para a valorização de produtos alimentares mostram a geração de impactos positivos para os produtores e consumidores e a contribuição para um desenvolvimento local (ANJOS, CRIADO, CALDAS, 2011; GARCIA, 2017).

A constituição da Agenda 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Dentre aos ODS, 05 deles apresentam-se correlacionados a pesquisa: ODS 02 -acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 08 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade e ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (SILVA, 2018).

Neste contexto, se faz importante destacar o papel do etnodesenvolvimento sustentável como um importante instrumento para o alcance dos ODS, em especial, para a proteção e uso sustentável dos ecossistemas e a preservação da biodiversidade nos territórios.

Quando se trata de etnodesenvolvimento praticado pelos povos indígenas, fica evidente o cuidado em alcançar melhorias para suas comunidades respeitando o bem viver nos seus territórios, o cuidado com a terra, animais, plantas e a sociedade que à ela pertence. Dessa forma, os ODS vêm potencializar às iniciativas sustentáveis, reforçando as ações já praticados pelos povos e comunidades tradicionais.

Além disso, o tema se reveste de especial importância socioambiental por estarmos na Década das Nações Unidas para a Restauração dos Ecossistemas – 2021/2030, Resolução n.º 73/284 (UNEP, 2019).

Dessa maneira fica exposta a necessidade e relevância da pesquisa, principalmente por ser executada por um pesquisador Terena. Este estudo é caracterizado como uma pesquisa-ação, onde há envolvimento cooperativo entre a comunidade pesquisada e o pesquisador, contribuindo para a resolução do problema coletivo.

Esta pesquisa está diretamente ligada ao uso dos recursos naturais e povos originários, estando relacionada à área de concentração em Recursos Naturais e Ciências Ambientais do PGRN, linha de pesquisa em Bioeconomia.

OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem por objetivo abordar o etnodesenvolvimento sustentável na Associação Indígena Hanaiti Yomomo (AHY), aldeia Brejão, Terra Indígena de Nioaque, MS.

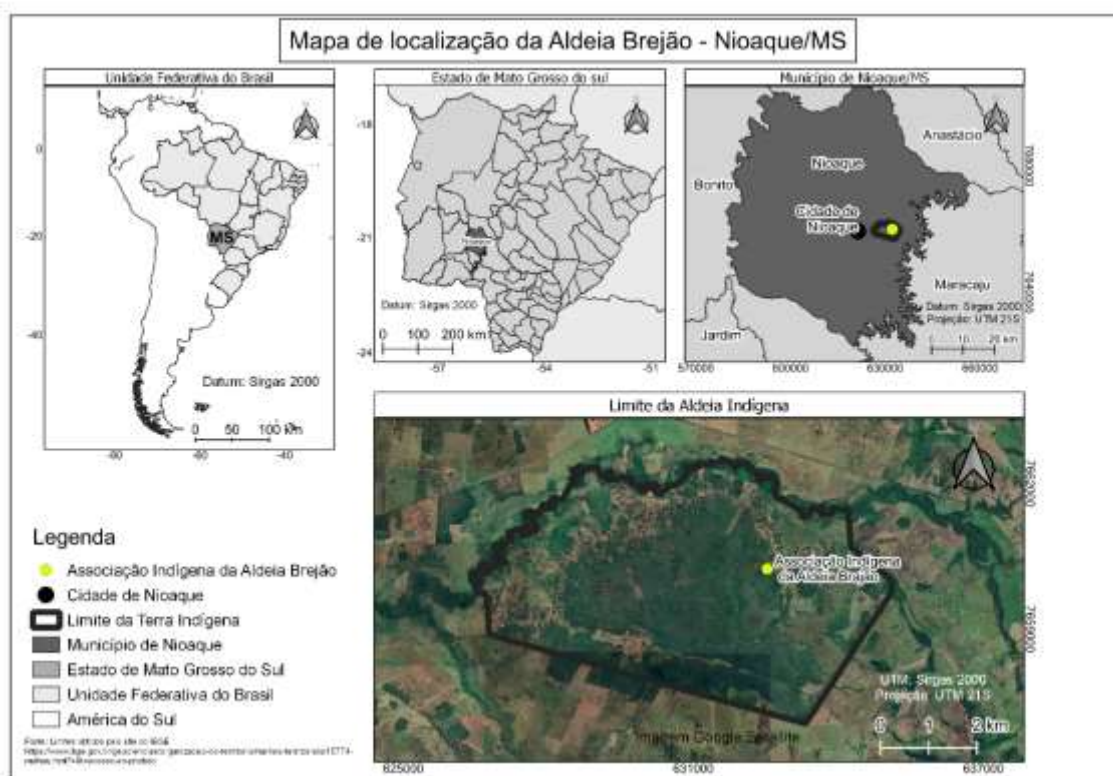
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterização da etnia Terena e as práticas agroextrativistas desenvolvidas na Aldeia Brejão;
- Apresentar uma análise cienciométrica sobre Etnodesenvolvimento Sustentável;
- Avaliar os resultados da interlocução promovida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Associação Hanaiti Yomomo - AHY por meio do projeto “Formação em atividades de suporte ao agroextrativismo sustentável - Associação Hanaiti Yomomo, Aldeia Brejão - Nioaque, MS, observando as contribuições para a agregação de valor e geração de renda a partir do agroextrativismo local sustentável.

ÁREA DE ESTUDO

A aldeia Brejão está localizada a $21^{\circ}14'94,62''S$ e $55^{\circ}72'13,12''O$, as margens da BR 060, situada na TI de Nioaque, MS. Em conjunto com outras três comunidades, ocupa a área total de 3.029 hectares (MIRANDA, 2006). Constituída por povo tradicional Terena, caracterizados por serem ricos em conhecimentos tradicionais e produtivos em suas parcelas de terras, além de cultivos destinados a subsistência, possuem espécies nativas vegetais típicos do Cerrado utilizadas para o extrativismo sustentável de suas reservas.

Figura 1.1. Mapa de localização da Aldeia Brejão – Nioaque/MS.



PRIMEIRO CAPÍTULO: CARACTERIZAÇÃO DA ETNIA TERENA E AS PRÁTICAS AGROEXTRATIVISTAS DESENVOLVIDAS NA ALDEIA BREJÃO

Resumo: A população indígena de Mato Grosso do Sul é a segunda maior do país, só ficando atrás do Estado do Amazonas. Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul, em 2019, o Estado apresentava 77.025 indivíduos, dos quais 20 mil indígenas são autodenominados Terena. O objetivo deste capítulo foi caracterizar a etnia Terena e suas práticas agroextrativistas desenvolvidas na Aldeia Brejão, terra indígena de Nioaque, MS. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, composta por um *desk research* em livros, artigos científicos e demais publicações acerca do objeto de estudo. Com a realização da pesquisa foi possível observar que o conhecimento do povo Terena sobre o bioma Cerrado foi fundamental para a ocupação e desenvolvimento territorial onde este bioma predomina. Além disso, as características do povo Terena – o cuidado com a terra, a agricultura e o extrativismo, proporcionaram aos indígenas da aldeia Brejão, em especial, os associados à AHY, desenvolver ações de etnodesenvolvimento, trazendo um olhar construtivo e autossustentável para o povo Terena.

Palavras-chave: agricultura, extrativismo, etnodesenvolvimento, povos indígenas, Mato Grosso do Sul

Abstract: The indigenous population of Mato Grosso do Sul is the second largest in the country, second only to the State of Amazonas. According to the Special Indigenous Sanitary District of Mato Grosso do Sul, in 2019, the state had 77,025 individuals, of which 20,000 indigenous people called themselves Terena. The objective of this chapter was to characterize the Terena ethnic group and its agroextractive practices developed in Aldeia Brejão, indigenous land of Nioaque, MS. For that, an exploratory qualitative research was carried out, consisting of a desk research in books, scientific articles and other publications about the object of study. With the accomplishment of the research it was possible to observe that the knowledge of the Terena people about the Cerrado biome was fundamental for the occupation and territorial development where this biome predominates. In addition, the characteristics of the Terena people - care for the land, agriculture and extractivism, provided the indigenous people of the Brejão village, in particular those associated with the AHY, to develop ethnodevelopment actions, bringing a constructive and self-sustainable look to the people Terena.

Keywords: agriculture, extractivism, ethnodevelopment, indigenous peoples, Mato Grosso do Sul

1.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma breve contextualização da aldeia perante os povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, apresenta-se o histórico da organização indígena Associação Hanaiti Yomomo – AHY e suas atividades desenvolvidas com o povo Terena.

A primeira grande referência que se tem dos Terena antecede ao século XX e demonstra a sofisticação agrícola e disposição à convivalidade e ao associativismo com os povos que lhes são estrangeiros, atributos coextensivos à estrutura social indígena (PEREIRA, 2009).

Segundo Miranda (2006), essa terra indígena possui uma extensa área de mata com diversas espécies arbóreas nativas que são utilizadas pelos indígenas de forma racional, tanto na construção de suas casas, como para consumo como lenhas e cercas. Essa cobertura vegetal permanece ainda preservada porque as formas culturais de ocupação, uso e manejo dos recursos naturais, feitas pelos índios Terena da referida comunidade, estão em conformidade com sua estreita relação com o ambiente natural, baseado num conhecimento profundo e extenso das características ambientais e dos fenômenos naturais.

O conhecimento milenar dos indígenas sobre os diversos ecossistemas do Cerrado (os quais denominamos “cerrados”) foi fundamental para a ocupação colonial e, principalmente, para os camponeses e comunidades quilombolas. E não por acaso. Por estar situado em ambientes de solos considerados pouco férteis e ácidos, portanto impróprio para a maioria dos cultivos exóticos, os cerrados não foram objeto de cobiça, em um primeiro momento, pelos donatários, sesmeiros e, posteriormente, pelos grandes latifúndios que marcaram e ainda marcam o cenário rural brasileiro (DAYRELL, 2012).

1.2. MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do levantamento bibliográfico foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, composta por um *desk research* em livros, artigos científicos e demais publicações acerca do objeto de estudo.

Os artigos científicos foram pesquisados prioritariamente em plataformas acadêmicas - *Web of Science*, *Scopus*, Google Acadêmico. A partir da leitura investigativa, foi possível examinar a afinidade do trabalho pesquisado com o tema da pesquisa, sendo possível observar uma baixa adesão das publicações com o objeto do presente estudo. O período de pesquisa compreendeu os meses de maio a novembro de 2022, período em que iniciou a construção do trabalho de dissertação, resultando neste material de pesquisa.

1.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, o Brasil é o país com a maior rede de áreas protegidas das regiões tropicais, constituída de Unidades de Conservação de diferentes modalidades, terras quilombolas e indígenas. Com uma extensão total superior a 1,1 milhão de km², a terra indígena (TI) protege aproximadamente 13% do Brasil (BAVARESCO, MENEZES, 2014; SMITH, STIBICH, GRUPIONI, 2016; CUNHA, MAGALHÃES, ADAMS, 2021).

De acordo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, em janeiro de 2022, eram 520 órgãos gestores, sendo 1 federal, 39 estaduais e 480 municipais, os quais são responsáveis pela implementação de 2.598 unidades de conservação, que representam 18,7% do território continental e 26,5% da área marinha do país (BRASIL, 2022c).

Segundo a Enap (2021), os dados do Censo de 2010 demonstram a existência de 305 etnias indígenas falantes de 274 línguas diferentes, sendo que a maior porcentagem deles vivem em áreas rurais e, a menor, em áreas urbanas, distribuídos no território nacional.

Em se tratando de estimativas da população nativa do Brasil no período de descobrimento, este ainda é um assunto bastante controverso, conforme destaca Carneiro da Cunha (2012):

Quanto às regiões que nos ocupam mais de perto, Rosenblat (1954) dá 1 milhão para o Brasil como um todo, Moran (1974) dá uns modestos 500 mil para a Amazônia, ao passo que Denevan (1976) avalia em 6,8 milhões a população aborígine da Amazônia, Brasil central e costa nordeste, com a altíssima densidade de 14,6 habitantes/km² na área da várzea amazônica e apenas 0,2 habitante/km² para o interflúvio. Como se vê no quadro, as estimativas variam de 1 a 8,5 milhões de habitantes para as terras baixas da América do Sul (CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

Os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 revelam que 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas e que o crescimento no período 2000/2010, 84 mil indígenas, representando 11,4%, não foi tão expressivo quanto o verificado no período anterior, 1991/2000, 440 mil indígenas, aproximadamente 150%. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento no volume populacional dos autodeclarados indígenas, enquanto as Regiões Sudeste e Sul, perda de 39,2% e 11,6%, respectivamente (IBGE, 2012).

Cerca de 60% da população indígena vive nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, biomas Amazônico e Cerrado, sendo que 98,7% das terras indígenas estão concentradas na Amazônia Legal. Os 40% restantes são confinados a apenas 1,3% da extensão total das terras indígenas localizadas nas regiões mais populosas do Nordeste, Leste e Sul do país (BUCHILLET, 2007).

Entretanto, se faz importante destacar que as áreas destinadas às comunidades tradicionais têm sido historicamente ameaçadas pelas mudanças no uso e ocupação do solo no país. Conforme destacam Cunha, Magalhães, Adams (2021) essas mudanças apresentam recortes geográficos e temporais específicos: nas últimas décadas caracterizam-se pelo avanço da fronteira agropecuária, que tem levado ao desmatamento de extensas áreas na floresta amazônica e no Cerrado, influenciado pelos contextos político e econômico.

1.3.1 Povos indígenas e Conservação da Natureza

O ambiente em que habitam os povos indígenas no Brasil é altamente diferenciado, caracterizado por uma grande variedade e dispersão de espécies, de recursos genéticos e de micro-organismos. Tal diversidade oferece ao mesmo tempo oportunidades e limitações para as populações indígenas, obrigando-as a recorrer a estratégias variadas para obter os recursos alimentícios, tecnológicos, medicinais, imprescindíveis à sua reprodução biológica e cultural (BUCHILLET, 2007).

Neste contexto, pensar nos povos indígenas e sua relação com o meio ambiente é buscar descrever o equilíbrio e o uso sustentável dos recursos naturais presentes em seus territórios.

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI são definidos como instrumentos, de caráter dinâmico, que visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Estes planos apresentam o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da

proteção e do controle territorial, bem como, ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas voltadas para os povos indígenas (SMITH, STIBICH, GRUPIONI, 2016).

Este instrumento de gestão pública proporcionou aos povos indígenas novos caminhos para o desenvolvimento de trabalhos internos e externos no que tange as relações étnica e interétnicas voltadas para o conceito social, ambiental, político e econômico de seus territórios.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º São ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, consideram-se:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento (BRASIL, 2012).

Este instrumento de gestão pública proporcionou aos povos indígenas novos caminhos para o desenvolvimento de trabalhos internos e externos no que tange as relações étnica e interétnicas voltadas para o conceito social, ambiental, político e econômico de seus territórios.

Dessa forma, a PNGATI apresenta-se como uma política pública em favorecimento às práticas tradicionais de uso dos recursos naturais nos territórios indígenas, promovendo a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais TI, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e

futuras gerações dos povos indígenas (BRASIL, 2012; BAVARESCO; MENEZES, 2014).

1.3.2 Os Povos Indígenas e os Biomas do MS

O Estado do Mato Grosso do Sul possui (IBGE, 2012) uma população indígena de aproximadamente 77.025 índios, composta de Terena, Ofaié, Kaiowá/Guarani, Kadiwéu e Guató. (VARGAS, 2011; CHAVES, 2022).

Segundo Urquiza (2010), Mato Grosso do Sul é o Estado brasileiro com grande diversidade demográfica, de múltiplos *ethos* culturais. No contexto desta singularidade cultural apresenta-se uma significativa população indígena. Ainda segundo o autor, os Kaiowá, os Guarani e os Terena apresentam-se como o maior contingente populacional, e constituem em termos quantitativos duas das mais importantes populações do país.

Um dos fatores relevantes para os povos indígenas é o bioma predominante em seu território. O Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta três dos seis biomas existentes no país. O Cerrado apresenta-se como o maior quantitativo de área no Estado, seguido dos biomas Pantanal e Mata Atlântica.

O bioma Cerrado, predominante em extensão territorial no Estado de Mato Grosso do Sul, ocorre principalmente no planalto central brasileiro. Além de Mato Grosso do Sul, está presente nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Piauí, Rondônia, São Paulo e Paraná. Abrange aproximadamente 24% do território brasileiro (IBGE, 2004).

Com uma área aproximada de 151 mil km², o Pantanal é o bioma reconhecido nacional e internacionalmente como a maior planície alagada do mundo,

sendo declarado Reserva da Biosfera e Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO. Os Estados brasileiros ocupados pelo bioma Pantanal são Mato Grosso do Sul, cerca de 65% do bioma e Mato Grosso, 35%. Dentre os municípios que mais contribuem em área para a formação do Pantanal destacam-se Corumbá, Poconé, Cáceres e Aquidauana (BRASIL, 2011; FERREIRA, 2013).

O bioma Mata Atlântica é a segunda maior floresta pluvial tropical do continente americano. Originalmente estendia-se de forma contínua ao longo da costa brasileira, atravessando até o leste do Paraguai e nordeste da Argentina (TABARELLI et al., 2005). Em Mato Grosso do Sul, a Mata Atlântica encontra-se concentrada em 03 áreas: Serra da Bodoquena, Planície do Rio Paraná próximo da divisa dos Estados de São Paulo e Paraná e fragmentos isolados no interior das diversas áreas indígenas situadas no sudoeste do Estado (RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, 2015).

A vegetação de Mato Grosso do Sul, além da predominância do Cerrado, tem relações fitogeográficas com o Chaco, Amazônia, Mata Atlântica, que caracteriza uma diversificação na riqueza de espécies (RIZZINI, 1979).

1.3.3 Os Terena

De acordo com Azanha (2005), para ser reconhecido como Terena é preciso que os pais também sejam. Além disso, é necessário atender outros critérios para marcar o reconhecimento da identidade Terena: o compartilhar da solidariedade étnica - isto é, mesmo que uma pessoa filha de Terena resida há anos em um ambiente fora da aldeia, como por exemplo em centros urbanos e fazendas da região, o indivíduo deve ser solidário com seu povo para ser reconhecido como Terena. Ou seja, ter nascido

em uma aldeia Terena não é condição necessária para o reconhecimento da identidade étnica Terena.

Os Terena, em especial atenção nesta pesquisa, são descendentes dos antigos Guaná-Txané (termo tupi-guarani) que falam um dialeto da família linguística Aruak (RESENDE; TOMIOKA; AZANHA, 1999).

Até o final do século XIX, estavam separados e se distinguiam entre si, em vários povos: Terena (ou Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana. Os índios mais velhos reconhecem ainda hoje os termos Etelenoé, Laiana e Quiniquinau, e distinguem, quando inquiridos, os descendentes de "Liana" ou "Quiniquinau". Mas, para o público externo, todos atualmente se reconhecem como "Terena". São várias as características socioculturais dos Terena que os englobam na tradição cultural Aruak. A principal característica reside no papel relevante desempenhado pela agricultura em sua economia. Antigamente, a agricultura dos Txané era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (warere-apêti) [...]. As outras características são as terminologias de parentesco [...], a estrutura social fortemente patrilinear (AZANHA, 2005).

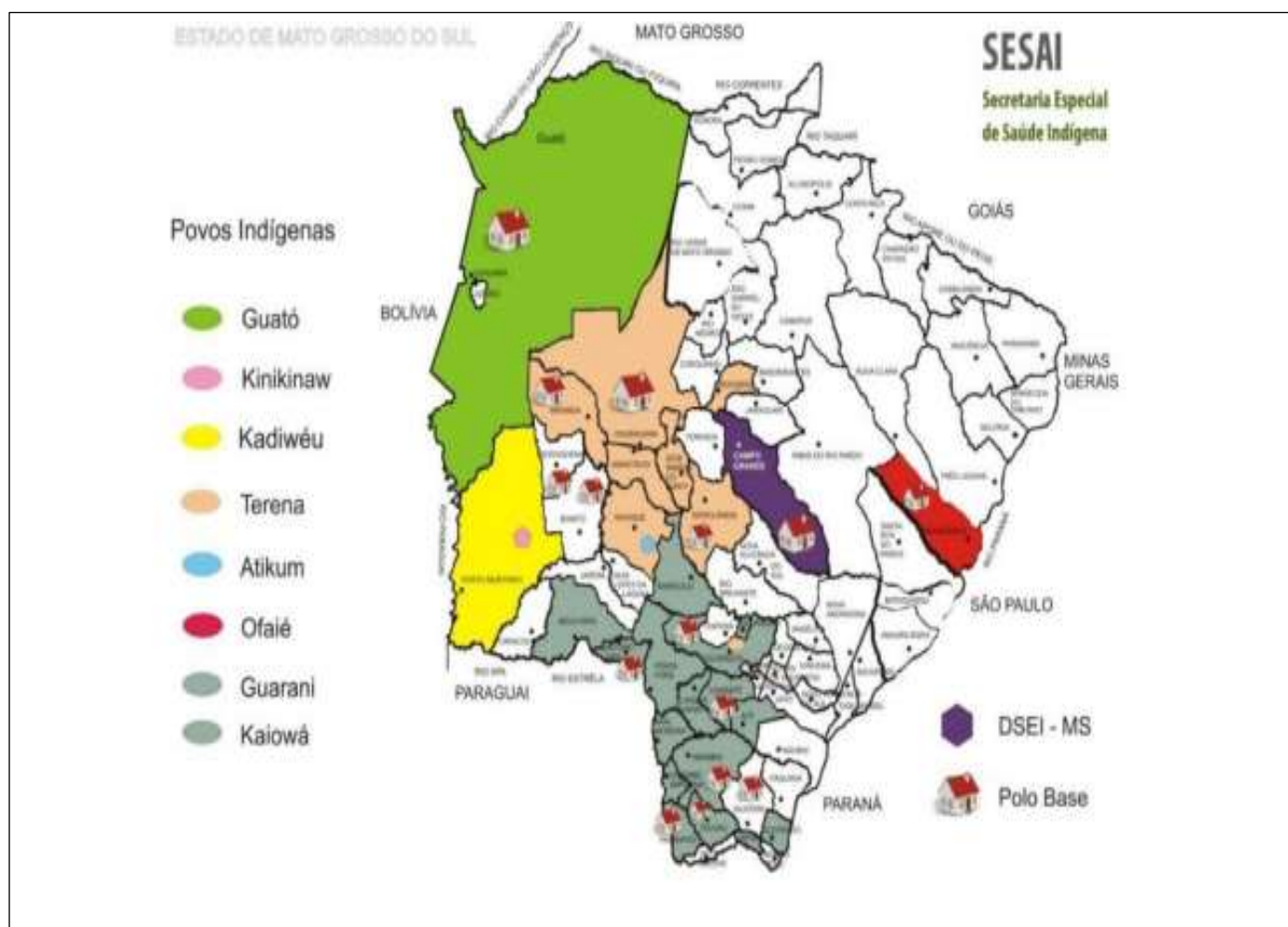
As atividades agrícolas sempre foram importantes para os Terena, conforme destacam Meira e Nunes (2020), o que justifica a mobilidade espacial e geográfica em busca de suprimentos para alimentação e de novas terras para o cultivo (BALTAZAR, 2010; MEIRA; NUNES, 2020).

A população indígena de Mato Grosso do Sul é a segunda maior do país, só ficando atrás do Amazonas, com 183.514 indivíduos. Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul, em 2019, o Estado apresenta 77.025 indivíduos, dos quais 61.158 moram em terras indígenas e 15.867 fora delas, sendo

38.971 homens (50,6%) e 38.054 mulheres (49,4%). As principais etnias presentes no território são: Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva (família linguística TupiGuarani, Tronco Tupi); Terena e Kinikinaw (da família linguística Aruak); Ofaié e Guató (do Tronco linguístico MacroJê) e Kadiwéu (família Guaicurú) (MATO GROSSO DO SUL/SES, 2020).

A Figura 1.2 apresenta a distribuição dos indígenas em Mato Grosso do Sul, segundo grupos étnicos.

Figura 1.2.: Distribuição dos povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: DSEI-MS (2020b)

O Quadro 1.1, apresenta as TI localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, totalizando 39 aldeias e cerca de 20 mil indígenas autodenominados Terena.

Quadro 1.1. Distribuição das Aldeias Terena em Mato Grosso do Sul

Municípios	Terras Indígenas	Aldeias
Aquidauana	Taunay/Ipegue	Bananal, Lagoinha, Morrinho, Água Branca, Jaraguá, Imbirussú, Ipegue e Colônia Nova.
	Limão Verde	Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho.
Anastácio	Aldeinha	Aldeinha.
Miranda	Cachoeirinha	Cachoeirinha, Argola, Babaçu, Morrinho, Lagoinha e Mãe Terra.
	Lalima	Lalima.
	Pilad Rebuá	Moreira e Passarinho.
Nioaque	Nioaque	Brejão, Taboquinha, Cabeceira e Água Branca.
Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	Buriti	Buriti, Água Azul, Recanto, Oliveira, Olho D'água, Barrerinho, Córrego do Meio, Lagoinha, Tereré, Nova Bananal.
Campo Grande	-	Aldeias urbanas: Marçal de Souza, Água Limpa e Tarsila do Amaral.
Rochedo	-	Bálsamo.

Fonte: Vargas (2011)

Em Mato Grosso do Sul, os índios Terena vivem basicamente nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Miranda e Nioaque, onde se encontram as suas TI. Além de viverem em várias cidades do Estado, também se encontram em outros Estados, como São Paulo, Mato Grosso, entre outros no Brasil (VARGAS, 2011).

1.3.4 A Aldeia Brejão, Terra Indígena de Nioaque, MS

Segundo Oliveira (1976), a terra indígena onde está localizada a aldeia Brejão, se formou em função da evasão de mil indígenas Terena de suas áreas originárias para o alto da Serra de Maracajú, devido à pressão que os mesmos estariam enfrentando por parte dos fazendeiros, que por todos modos queriam tomar conta das terras dos Terena após a Guerra do Paraguai.

A TI de Nioaque inicialmente foi formada por dois pequenos núcleos: a aldeia Brejão fundada em 1.904 pela família do “Capitão Vitorino” e a aldeia Água Branca, sendo posteriormente dividida em três, em função de três aspectos apontados pelo autor: dominação do território por grupos familiares agnáticos, busca de poder e facilidade de organizar/administrar a aldeia (MIRANDA, 2007).

Está localizada a 14 km da cidade de Nioaque, MS tendo ao norte o rio Urumbeva e a leste a Serra de Maracajú. Habitada pelo povo da etnia Terena e Atikum com uma área de 3.029 hectares. Atualmente, encontra-se dividida em quatro comunidades: Aldeia Brejão, Taboquinha, Água Branca, Cabeceira, população total de aproximadamente 2.000 pessoas e sua principal fonte de renda são as fazendas que se localizam próximo à reserva, aposentadoria e como funcionários públicos.

As comunidades têm como ponto forte a agricultura a pecuária, mas não deixa de lado o conhecimento sobre plantas medicinais, madeiras, caças, pesca e frutos nativos. A aldeia Brejão possui 481 pessoas (DSEI-MS, 2020a) e cerca de 126 famílias, tornando-se a maior reserva das quatro comunidades da TI de Nioaque. Por se dedicar um longo tempo à lavoura e ter suas áreas de plantio a muito tempo trabalhada sem abrir novas áreas de roça de toco, contém a maior reserva de plantas nativas do Cerrado, sendo ameaçada somente na seca quando acontecem as queimadas ou derrubadas para criação de grandes animais, ou assoreamento do rio e nascentes para plantio de lavouras.

A prática da agricultura sempre foi um ponto forte na aldeia Brejão, tradição do povo Terena, que ao longo do tempo foi sendo deixado de lado, pois foi se perdendo a credibilidade no sistema de produção tradicional. Os Terena são ricos em conhecimento e são produtivos em suas parcelas de terras onde são cultivadas culturas como arroz, feijão, milho, mandioca, banana, entre outras, fartos pomares no quintal de casa onde se tem um calendário de frutas o ano todo, além de contar com espécies nativas vegetais típicos do Cerrado utilizadas para o extrativismo sustentável.

1.3.5 A Associação Hanaiti Yomomo - AHY

Segundo Baniwa (2006), uma organização ou associação indígena foram criadas para atender a determinadas demandas e necessidades das comunidades. As primeiras associações indígenas foram quase todas elas fundadas com o objetivo específico de articular a luta das comunidades e dos povos indígenas pela defesa dos seus direitos, principalmente o direito à terra, à educação, à saúde e às alternativas econômicas (BANIWA, 2006).

A Associação AHY foi instituída como entidade jurídica em agosto de 2010 visando promover ações de agroextrativismo sustentável na Aldeia Brejão, Terra Indígena (TI) do Município de Nioaque, Mato Grosso do Sul. Esta organização conta principalmente com mulheres, e com o passar dos anos integrou às suas atividades demais produtores e jovens. Os associados trabalham em uma feira organizada semanalmente na Aldeia Brejão, onde se realiza a comercialização de produtos próprios da agricultura tradicional e artesanatos.

A Associação participou em 2014 e 2015 em projeto realizado pelo Instituto Marista de Solidariedade – IMS, Cadeia Produtiva do Pequi e Apoio as Finanças Solidarias da região Centro Oeste por meio do Centro de Estudos e Assessoria – CEA. Em parceria com Instituto Marista de Solidariedade – IMS, realizou a construção do projeto de ponto fixo de comercialização, fortalecendo as atividades da associação e promovendo a visibilidade dos trabalhos realizados pelos indígenas.

Desde a sua implantação, a Associação vem participando de ações do Fórum Estadual de Economia Solidaria do MS, com a participação em encontros de formação, intercâmbios e feiras. Tais ações foram essenciais para aumentar o protagonismo da participação das mulheres indígenas em ações de desenvolvimento local na aldeia. Nos anos seguintes, houve a participação em projetos realizados por parceiros como o Instituto Marista de Solidariedade – IMS, com ações voltadas para o extrativismo sustentável do bioma Cerrado e pelo Centro de Estudos e Assessoria - CEA que por sua vez realizou atividades com o foco nas Finanças Solidaria, o que pôde garantir um suporte para desenvolver ações de desenvolvimento cultural, social e financeiro.

Com as parcerias realizadas, foi possível em 2016, a execução do projeto de ponto fixo de comercialização pelo IMS e o Fundo Rotativo Solidário através da

Caritas Brasileira e o projeto de construção de uma cozinha multifuncional para apoio na cadeia de produção do grupo de trabalho indígena, garantindo a segurança alimentar, agregação de valor e geração de renda para os associados.

Para os anos de 2017 e 2018, a Associação obteve apoio do grupo DGM/FIP/BRASIL para a continuidade de seus projetos.

As atividades realizadas foram fundamentais para contrapor o sistema de produção estabelecido ao longo dos anos na aldeia. O uso intenso de queimadas e gradagem do solo, acarretaram a compactação e degradação do solo levando os produtores a dependência de pacotes tecnológicos produtivistas oriundos da Revolução Verde, baseado no uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos.

De acordo com os atos normativos de instituição da Associação - Ata de fundação e o Estatuto Social, a Associação Hanaiti Yomomo - AHY foi instituída em 10 de agosto de 2010. Situada na Aldeia Brejão, TI de Nioaque, município de Nioaque, MS é constituída como uma associação civil sem fins lucrativos com o objetivo de inclusão das mulheres indígenas no processo de desenvolvimento da comunidade, visando garantir alternativas sustentáveis para segurança alimentar da comunidade através do uso sustentável do solo e de espécie vegetais nativas do Cerrado, além de trabalhar com agregação de valor aos seus produtos, promover geração de renda com a comercialização de seus produtos alimentícios agroecológicos, do extrativismo e o artesanato (CEPF CERRADO, 2018; DGM, 2018).

Dentre suas finalidades, a Associação busca realizar o manejo adequado e cuidar da preservação de suas áreas tanto de cultivo quanto de reservas, com cultivo de hortaliças, frutíferas e espécies nativas do Cerrado. Atualmente possui um viveiro florestal com foco na produção de mudas de hortaliças, frutíferas e espécies nativas, possui uma unidade multiuso para beneficiamento de produtos oriundo do

agroextrativismo local, trabalha a educação financeira dos indígenas promovendo troca de saberes e feiras livres e ao longo dos anos vem capacitando seu povo para lutar na geração de emprego e renda (CEPFCERRADO, 2018).

O Quadro 1.2 apresenta os conceitos de planejamento estratégicos definidos na AHY que conferem sua identidade perante a comunidade.

Quadro 1.2. Elementos que compõem a identidade organizacional AHY

Quem somos	Onde estamos	Missão	Visão	Valores
<p>A AHY é uma associação criada por um grupo de mulheres indígenas artesãs, que trabalha pela valorização e respeito ao papel desempenhado pelas mulheres na comunidade, com respeito ao seu ambiente, na preservação do Cerrado, desenvolve ações e projetos na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, na formação e capacitação do seu coletivo mulheres, homens e jovens.</p>	<p>Na Aldeia Brejão, no município de Nioaque/MS, trabalhamos com um conjunto de ações que movimentam e dinamizam a vida na comunidade. Com a realização da feira local, buscando conhecer e contribuir com a dinâmica econômica na aldeia, trabalhando com viveiro de mudas, sistemas agroflorestais para incentivar as famílias na produção de alimentos saudáveis, trabalhamos com Fundo Rotativo Solidário, favorecendo acesso ao recurso/credito, para os projetos e atividades proposto pelas famílias, com uma cozinha multifuncional para atender a demanda dos agricultores no processamento e beneficiamento da produção.</p>	<p>Promover o desenvolvimento da comunidade, com ênfase no reconhecimento e valorização do papel desempenhado pelas mulheres, contribuir para formação e capacitação da comunidade nas áreas de produção e comercialização de alimentos saudáveis.</p>	<p>Expandir a missão, sendo referência para outras comunidades e grupos indígenas e não indígenas, com incentivo ao trabalho coletivo, articulação e organização.</p>	<p>Autogestão, organização, preço justo, trabalho coletivo, segurança alimentar, respeito ao consumidor, valorização dos jovens, respeito as tradições, respeitos as parcerias, empoderamento das mulheres, preservação dos recursos naturais, alimentos saudáveis livres de agrotóxicos.</p>

Fonte: Autor (2020)

Visando a construção de uma vida digna, sustentável e com solidariedade, a Associação AHY preza pela participação e envolvimento das mulheres, gerando desenvolvimento local e qualidade de vida, com compromisso e responsabilidade no cuidado de seu território.

1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades indígenas buscaram ao longo dos anos se adaptarem a novos contextos, criando organizações associativas que favorecessem suas ações de “etnodesenvolvimento”, na perspectiva de sanar dificuldades internas, com a finalidade de buscar suporte material e financeiro para suas atividades construtivas e produtivas.

Com a realização da pesquisa foi possível concluir que o conhecimento do povo Terena sobre o Cerrado foi fundamental para a ocupação e desenvolvimento territorial onde este bioma predomina. Sendo considerado inicialmente como um solo de baixa fertilidade, não exerceu atração imediata por parte dos colonizadores, sendo destinadas às “sesmarias” transformando mais tarde em grandes latifúndios, hoje representado pelo sistema de produção de *commodities* agrícolas altamente tecnológico.

Visando contestar o sistema de produção estabelecido, os indígenas Terena da aldeia Brejão buscaram se organizar no formato de associação trazendo o “etno” como forma de desenvolvimento.

Tendo como ponto forte a agricultura, o extrativismo e o cuidado com a terra, os indígenas da aldeia Brejão buscam materializar suas atividades por meio da Associação (AHY), sendo esta o *locus* das ações de etnodesenvolvimento, trazendo um olhar construtivo e autossustentável para o povo Terena.

Cabe destacar a necessidade da promoção de um amplo caminho de debates e trocas de experiências entre comunidades e povos tradicionais, que por sua vez proporciona um horizonte na luta em defesa de seus territórios com viés econômico sustentável *in loco* e visando promover conquistas nas políticas públicas nesta temática.

É necessária, ainda, a troca de experiências e de conhecimentos empíricos e científicos, alavancada pelas políticas públicas proporcionando experiências concretas para que se chegue a um suporte de estrutura física, técnica e financeira que garantam o etnodesenvolvimento das aldeias com um olhar construtivo e autossustentável, ao mesmo tempo posicionando o índio como protagonista de suas ações.

Apesar de ser possível observar práticas de etnodesenvolvimento na aldeia e em outras experiências de povos originários, ainda a temática é pouca explorada na literatura, sendo objeto de estudo no próximo capítulo.

1.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZANHA, G. As terras indígenas Terena do Mato Grosso do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas*. v.02, n.01. Brasília: FUNAI, 2005. p. 61-111.
- BALTAZAR, P. O Processo Decisório dos Terena. 2010. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. PUC, SP: São Paulo, 2010. 101f.
- BANIWA, G. S. L. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- BAVARESCO, A.; MENEZES, M. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Centro de Sensoriamento Remoto. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite: monitoramento do bioma Pantanal, 2008 a 2009. Brasília, 2011. Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/arquivos-biomas/relatorio_tecnico_monitoramento_pantanal_2008_2009_72.pdf>. Acesso em: 25 nov 2022.

_____. b Decreto nº 7.747 de 05 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: 14 nov 2022.

_____. c Ministério do Meio Ambiente. Revista SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Áreas Protegidas, Departamento de Áreas Protegidas – Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/revistasnuc_2022.pdf

BRASIL, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

BUCHILLET, D. Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006). França: Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2007.

Capacitação em produção de mudas do Cerrado reúne povos e comunidades tradicionais no Mato Grosso do Sul. Cefpcerrado.iieb.org.br. 2018. Disponível em: <https://cefpcerrado.iieb.org.br/capacitacao-em-producao-de-mudas-do-cerrado-reune-povos-e-comunidades-tradicionais-no-mato-grosso-do-sul/>

CARNEIRO DA CUNHA (Org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Caminho das Letras, 2012.

CHAVES, B. Dia do Índio: com política transversal, Estado atende 80 mil indígenas de oito etnias. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho. 19.04.2022. Disponível em: <<https://www.sedhast.ms.gov.br/dia-do-indio-com-politica-transversal-estado-atende-80-mil-indigenas-de-oito-etnias/>>. Acesso em: 15 nov 2022.

CUNHA, M. C., MAGALHÃES, S. B., ADAMS, C. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.132p.

DAYRELL, C. A. Agricultura Geraizeira, Identidade e Educação / Geraizeira agriculture, identity and education. Trabalho & Educação. v. 21, n. 3, p. 99–120, 2012.

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MS – DSEI-MS. Ação de emergência em saúde pública de importância nacional de combate à pandemia da Covid-19: Operação MS. DSEI/DIASI, 2020a. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/2644/1/CP5_09320.pdf> Acesso em 25 nov de 2022.

- DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL – DSEI-MS. Covid-19: Plano de Contingência DSEI-MS. Campo Grande, MS. 2020b. Disponível em: [https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_0015513692_Plano_de_contingencia_DSEI_M S.pdf](https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_0015513692_Plano_de_contingencia_DSEI_MS.pdf)
- FERREIRA A. B. B. Pantanal Mato-Grossense: considerações sobre a proteção constitucional para um desenvolvimento econômico sustentável. Interações (Campo Grande). v. 14, n. 1. Campo Grande, MS, 2013. p. 11-20.
- FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP. A História dos povos indígenas brasileiros. Coleção acesso aos direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena. Escola Nacional de Administração Pública, Diretoria de Educação Continuada. Brasília, DF, 2021.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa de Biomas do Brasil –primeira aproximação. Rio de Janeiro, 2004 (adaptado). Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf>. Acesso em: 14 nov 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Plano Estadual de Saúde Mato Grosso do Sul 2018 – 2020 – Campo Grande: SES, 2020. 301 p.
- MIRANDA, C. C. Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2006.
- MIRANDA, C. C. Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos. Interações (Campo Grande). v. 8, n. 2. Campo Grande, MS, 2007. p.243-249.
- MEIRA, F. O.; NUNES, F. G. Território e relações de trabalho: representações de alunos Terena da terra indígena de Nioaque/MS. Revista Brasileira de Educação em Geografia. v. 10, n. 19. Campinas, 2020. p. 424-444.
- OLIVEIRA, R. C. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro. 1976. 152p.
- PEREIRA, L. M. Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados, Editora UFGD, Dourados, 2009.

- Quadro Geral dos povos. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos>. Acesso em: 26 nov 2022.
- RESENDE, R.; TOMIOKA, M.; AZANHA, G. Programa para o monitoramento ambiental e fomento de atividades não predatório em terras indígenas do Brasil. Documento-base para discussão no seminário de 22 a 25 de março de 1999. Áreas Terena de Miranda-Terra Indígena Cachoeirinha. Miranda, MS: CTI-Centro de Trabalho Indigenista, 1999.
- RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. A Mata Atlântica no estado de Mato Grosso do Sul. 2022. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_ms.asp> Acesso em: 25 nov 2022.
- RIZZINI, C. T. Treatise on the phytogeography of Brazil. v.2. Ecological aspects. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979. 327p.
- SMITH, M.; STIBICH, G.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). PNGATI: Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. – Brasília: Projeto GATI/Funai, 2016. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/8514/8839/5235/Plano_Integrado_de_Implementacao_da_PNGATI.pdf
- TABARELLI, M.; PINTO, L. P.; SILVA, J. M. C.; HIROTA, M.; BEDÊ, L. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. Megadiversidade (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 132-138, 2005.
- Unidade Multiuso Agroextrativista na Aldeia Brejão. Dgmbrasil.org. 2018. Disponível em: <https://www.dgmbrasil.org.br/pt-br/institucional/subprojeto/valorizacao-dos-recursos-locais/>
- URQUIZA, A. H. A.; VIEIRA, C. M. N.; SOUZA, I.; VARGAS, V. L. Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo. Módulo 2. Campo Grande, MS: UFMS, 2010. 93p.
- VARGAS, V. L. F. A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI. 2011. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: UFF, 2011. 187 f.
- VIANNA, F.; SIQUEIRA JR., J.; MENEZES, M.; MILLER, R. Gestão Ambiental e Territorial Indígena no Brasil: Contribuições do projeto GATI. Brasília, FUNAI, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/2017/gatii-web.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2022.

SEGUNDO CAPÍTULO: ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA

Resumo: Os povos indígenas em busca de seu espaço construtivo de etnodesenvolvimento somam uma pequena parcela da população brasileira, fazendo com que haja cada vez menos pesquisadores indígenas dedicados a esta temática, resultando em poucos trabalhos científicos publicados. O objetivo deste capítulo foi realizar uma análise cienciométrica sobre o conceito “etno” no “desenvolvimento” ou “etnodesenvolvimento” com ênfase nos povos indígenas, buscando analisar as referências de indígenas e não indígenas que ao longo dos anos buscaram descrever como se caracteriza o etnodesenvolvimento em sua ampla concepção na visão ocidental e a partir dos constructos indígenas. Através da plataforma *Web of Science* <https://www.webofscience.com/>, foi realizado o levantamento bibliográfico entre os meses de março a junho de 2021. Com os resultados da pesquisa foi possível identificar os países, as áreas, os tipos de publicação e os períodos com maior incidência de publicação ligada a temática de estudo. Conclui-se que pesquisas científicas nessa área ainda são recentes e há pouca publicação à disposição para realização de levantamento bibliográfico de excelência.

Palavras-chave: etnia, étnica, indígena, desenvolvimento, bioeconomia.

Abstract: Indigenous peoples in search of their constructive space for ethnodevelopment make up a small portion of the Brazilian population, meaning that there are fewer and fewer indigenous researchers dedicated to this topic, resulting in few published scientific papers. The objective of this research was to carry out a scientometric analysis on the concept of “ethno” in “development” or “ethnodevelopment” with an emphasis on indigenous peoples, seeking to analyze the references of indigenous and non-indigenous people who, over the years, have sought to describe how ethnodevelopment is characterized in its broad conception in the western view and from the indigenous constructs. Through the Web of Science platform <https://www.webofscience.com/>, a bibliographic survey was carried out between the months of March and June 2021. With the results of the research, it was possible to identify the countries, areas, types of publication and the periods with the highest incidence of publications related to the subject of study. It is concluded that scientific research in this area is still recent and there are few publications available to carry out an excellent bibliographic survey.

Keywords: ethnicity, ethnic, indigenous, development, bioeconomy

2.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma análise cienciométrica sobre o conceito de “etnodesenvolvimento, indígena e etnia”.

Verdum (2006) afirma que os termos como “etnodesenvolvimento” e “desenvolvimento indígena sustentável” têm servido como senha de articulação e convergência das ações de inúmeras pessoas e instituições, tanto governamentais quanto não-governamentais, indígenas e não indígenas, nacionais e internacionais, que têm, de diferentes perspectivas, afirmado seu interesse na promoção de maior autonomia política e na sustentabilidade econômica e territorial indígena, ou simplesmente - o que não é pouco como desafio – na transformação da situação de “insegurança alimentar” e “pobreza” em que várias comunidades se encontram hoje.

O modo de vida dos povos indígenas está totalmente ligado com o fenômeno natural usando os recursos naturais de seu território. Grande parte das comunidades ainda são coletores, extrativistas e trabalham com seu conhecimento cosmológico e tradicional.

Arruda (2002) afirma que os indígenas relacionam o sentido de território à natureza, pois consideram que a natureza não é exterior a eles, não é “objeto”, mas um conjunto de formas de vida que se relacionam, dependentes e integradas no movimento e ritmo mais amplo dos ciclos naturais (chuva e seca, cheias e vazantes, fases da lua, etc.). Vivem em harmonia com ela e buscam conhecer com precisão suas peculiaridades e ritmos, sob pena de passar dificuldades intransponíveis. São, por isso, profundos conhecedores dos ciclos naturais, das espécies vegetais e animais e da trama de relações que se estabelecem entre elas (ARRUDA, 2002).

Tal fato traz uma reflexão de que é necessário e possível as comunidades se organizarem, para que tenham em conjunto com as comunidades, saídas viáveis à realidade das comunidades, que possibilitem a troca de experiências entre o conhecimento empírico e científico, porém cabe a estes dois conhecimentos alavancarem a discussão diante das políticas públicas proporcionando experiências concretas para que se chegue a um suporte de estrutura física, técnica e financeira que garantam o etnodesenvolvimento das aldeias com um olhar construtivo e ações que promovam o índio como personagem principal de suas ações executadas. Logo é importante mencionar que os povos indígenas em busca de seu espaço construtivo de etnodesenvolvimento, somam uma pequena parcela da população brasileira, isso faz com que tenha poucos trabalhos científicos publicados, o que em sua grande maioria dificulta a construção permanente e contínuo no meio científico de publicações.

O objetivo do deste capítulo é realizar uma análise cientométrica sobre o conceito “etno” no “desenvolvimento” ou “etnodesenvolvimento” com ênfase nos povos indígenas, buscando analisar as referências de indígenas e não indígenas que ao longo dos anos buscaram descrever como se caracteriza o etnodesenvolvimento em sua ampla concepção na visão ocidental e a partir dos construtos indígenas.

2.2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada baseia-se na revisão sistemática de literatura, identificando pesquisadores indígenas e não indígenas com ênfase na temática etnodesenvolvimento. Para tanto, foi realizado o levantamento de forma quantitativa e qualitativa de publicações que trabalham com a temática de etnodesenvolvimento. Por meio da plataforma *Web Of Science* (<https://www.webofscience.com/>), foi realizado o

levantamento bibliográfico entre os meses de março a junho de 2021, utilizando as palavras-chave “étnica”, “etnia”, “indígena” e “desenvolvimento”.

Na primeira etapa foram utilizadas as palavras chaves de cruzamentos de palavras, “étnica”, “etnia” e “indígena”, assim, com estas bases de palavras chaves se chegou a um resultado de 874 trabalhos publicados com esta temática.

Na segunda etapa foi utilizada a palavra cruzada, “indígena” e “desenvolvimento”, sendo possível atingir um maior número de publicações, chegando a mais de 2000 publicações com esta temática.

Após a realização dos levantamentos de palavras chaves, as informações foram reunidas, sendo possível avaliar quantitativamente a tendência de crescimento do termo “etnodesenvolvimento” utilizado até o momento, que posteriormente foram indexadas em Figuras (gráficos).

Na etapa seguinte, os conteúdos da literatura coletados foram analisados e resumidos, sendo apresentados em figuras e tabelas com a seguinte ordenação: os países que mais publicaram, anos de publicação, área de estudo de publicação e autores com o maior número de publicações, sendo disponíveis em figuras e tabelas.

2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2019) 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas.

Figura 2.1. População residente, por cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Fonte: IBGE Educa (2021)

Tal cenário demonstra o percentual da população brasileira que está inserida na temática indígena. Este levantamento reflete uma parcela cada vez menor de pesquisadores e cientistas indígenas com olhar de “etno” desenvolvimento para o seu território.

Sendo assim, este material de pesquisa proporciona um olhar construtivo no fator da identidade, ou seja, neste período da pesquisa ainda é notório que boa parcela da população indígena sofre por vários fatores históricos a sua auto declaração, onde, poucas pessoas se afirmam como indígenas. Logo, é importante mencionar, que, com os avanços e conquistas pelos povos indígenas, inicia-se nos últimos anos uma ascensão de auto afirmação pela luta e conquistas de várias frentes de militância indígena, sendo possível observar a presença de lideranças indígenas no ambiente científico, retribuindo a seus territórios espaços estratégicos para o etnodesenvolvimento de suas comunidades.

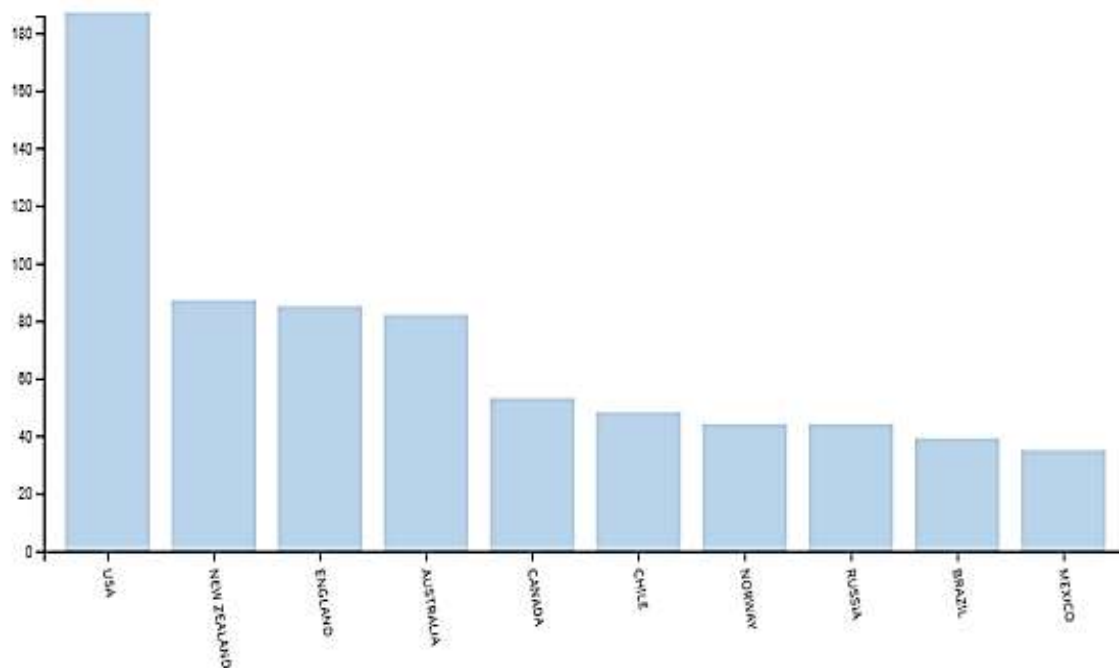
2.3.1 Étnico, Etnia e Indígena

O conteúdo da raça é morfo biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território (MUNANGA, 2004).

Seguindo esta linha de raciocínio a diversidade étnica existente estaria ligada às raízes originárias dos grupos que constituíram a formação populacional e social e que, no decorrer do período colonial e constituição dos estados nacionais, se mantém a partir de diferentes formas de herança e manutenção das características de seus antepassados e de resistência ao modelo socioeconômico que buscou homogeneizá-los diretos (KUJAWA; TONET, 2017).

Em pesquisa realizada na *Web of Science* <https://www.webofscience.com/>, foram introduzidas as palavras chave em língua inglesa “*ethnic*”, “*ethnicity*” and “*indigenous*” obtendo como resultado final 874 publicações. Em seguida foi realizado a análise dos seguintes dados nos últimos 10 anos, observando quais países que mais publicaram, os anos de publicação, as áreas de estudo, os nomes dos autores e as citações. Assim foi possível realizar os levantamentos de forma quantitativa como segue nas figuras abaixo.

Figura 2.2. Países que mais publicaram sobre a temática entre 2012 a 2021

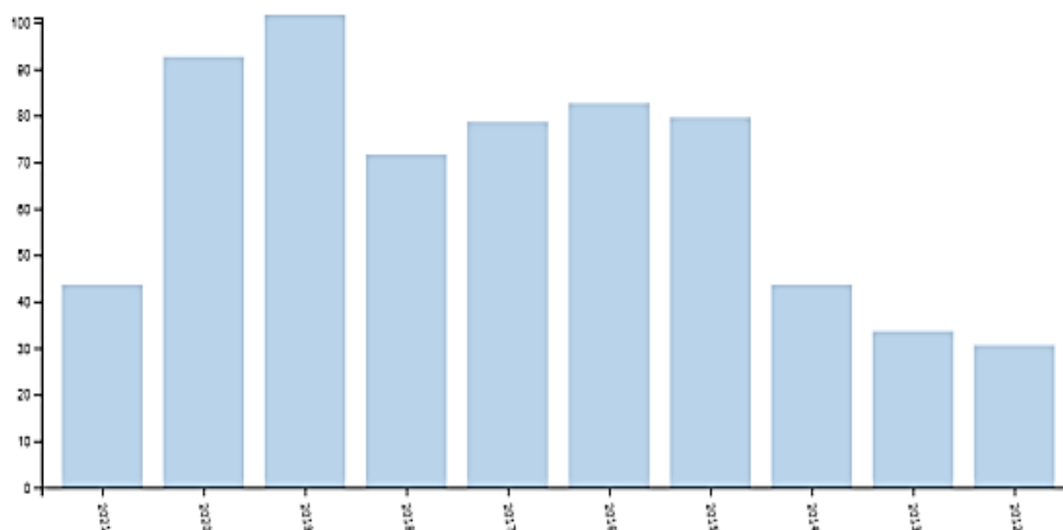


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

A Figura acima apresenta os dez países com maior número de publicações referentes às palavras-chave escolhidas. E segue na seguinte ordem em quantidade de publicação: Estados Unidos, Nova Zelândia, Inglaterra, Austrália, Canadá, Chile, Rússia, Noruega, Brasil e México.

A Figura 2.3 apresenta o demonstrativo dos anos que tiveram maior publicação referente às palavras-chave, ficando claro que os anos de maior referência sobre o tema se destacam nos anos de 2015 a 2020, tendo sua ascensão no ano de 2019.

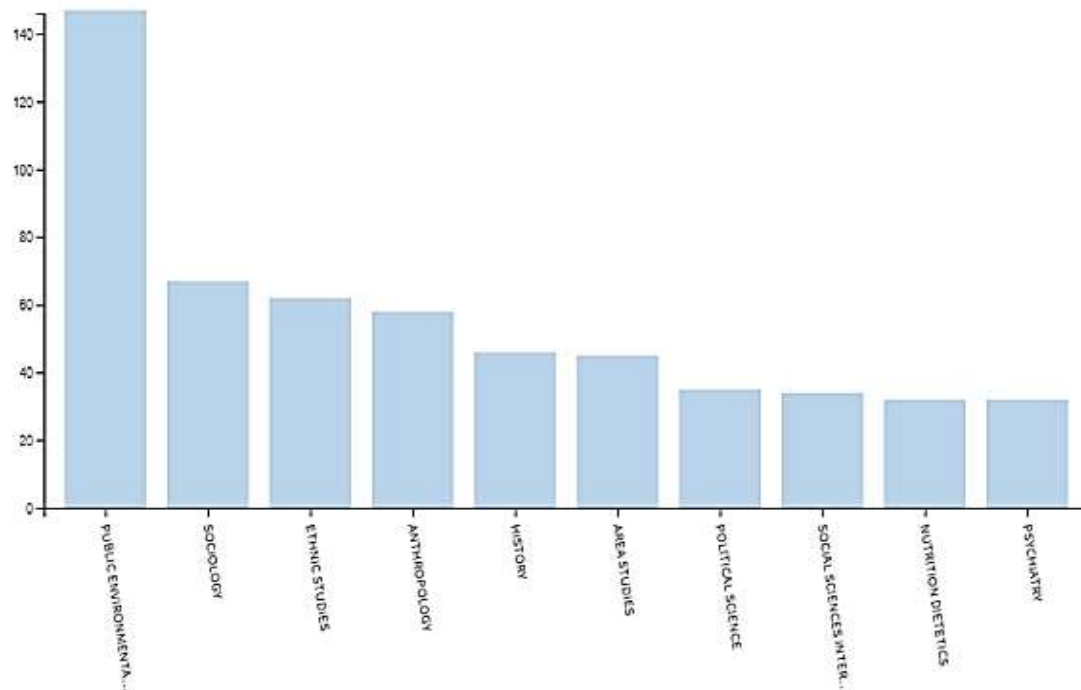
Figura 2.3 Ano de crescimento das publicações contendo as palavras chave no período pesquisado.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

Por outro lado, a Figura 2.4 apresenta as áreas de estudo que tiveram maior publicação referentes ao tema das palavras chaves. Foram identificadas as seguintes áreas: *Saúde Ocupacional Ambiental Pública, Sociologia, Estudos Étnicos, Antropologia, História, Estudos de Área, Ciência Política, Ciências Sociais Interdisciplinar e Nutrição Dietética, Psiquiatria.*

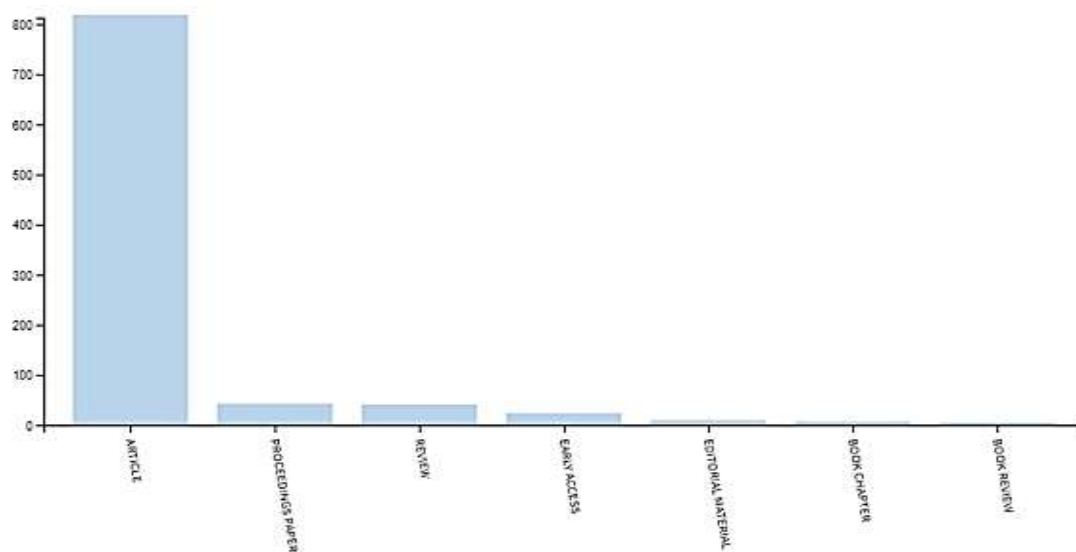
Figura 2.4. Áreas de estudos que mais publicaram sobre o tema utilizado nas palavras chave.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

A Figura 2.5 apresenta quais as formas de publicação foram mais utilizados para publicar com a temática das palavras chave, chegando a seguinte ordenação: Article (813), Proceedings paper (38), Review(36), Early access (19), Editorial material (5), Book chapter (2) e Book review (1).

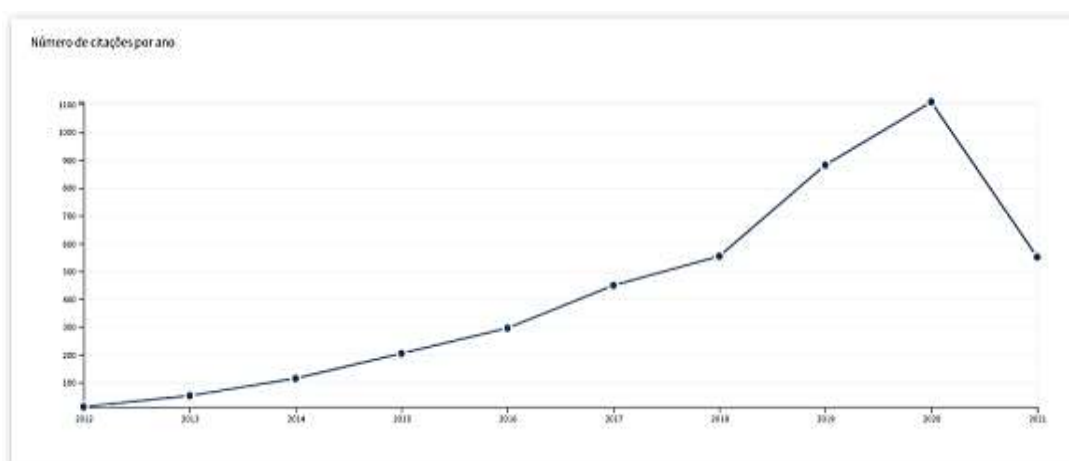
Figura 2.5. Formatos de documentos publicados no período



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

A Figura 2.6 apresenta o aumento das citações referente às palavras chaves nos últimos dez anos, seguido de 2012 a 2021, apresentado um maior crescimento nos anos de 2018, 2019, 2020 onde teve seu auge no ano de 2020.

Figura 2.6. Apresenta o número de citações entre 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

2.3.2 Indígenas e Etnodesenvolvimento

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garante o respeito a cultura costumes, tradições indígenas e, simultaneamente a demarcação e o uso exclusivo das terras que tradicionalmente ocupam. Ocorre que permanece o debate sobre quem são os indígenas do século XXI, quais são suas necessidades, de que forma que usam a terra para supri-las? Não se trata de negar a diversidade indígena, mas de como esta diversidade é entendida e tratada historicamente pelas sociedades, como se compreendem, se constituem, se reconhecem e se materializam, através de instrumentos jurídicos e de políticas públicas, os seus direitos (KUJAWA; TONET, 2017).

A edição administrativa do texto promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 e 64/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão 1 a 6/1994. Capítulo VIII, Dos Índios.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

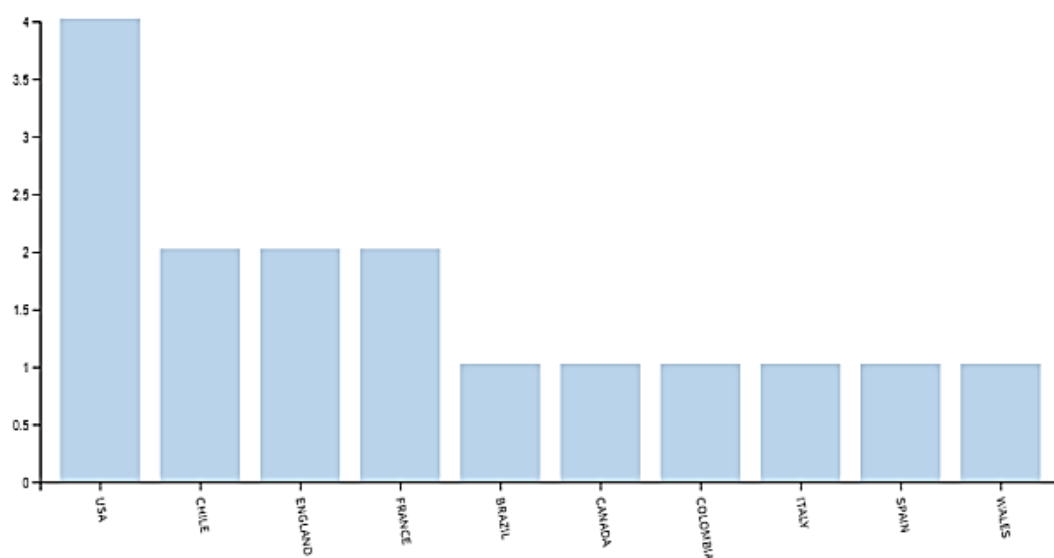
§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º (BRASIL, 1988).

Em Amado (2009) encontra-se um amplo debate sobre desenvolvimento local. Segundo o autor, cada comunidade busca se desenvolver segundo suas aceções e necessidades. Para ele, se por um lado o desenvolvimento é visto como sinônimo de “progresso”, de “industrialização” e oposto a “pobreza”, o etnodesenvolvimento emerge como contraponto ao desenvolvimento visto pelo viés econômico. O “etno” no “desenvolvimento” atribui um adjetivo ao processo que respeita às experiências históricas e os potenciais tradicionais e ambientais de cada povo e comunidade indígena.

A segunda parte da pesquisa consistiu na introdução das palavras chave em língua inglesa “*indigenous*” and “*ethnodevelopment*”, obtendo o resultado final de 15 publicações. Em seguida foi realizada a análise dos dados nos últimos 10 anos, quais foram os países que mais publicaram, os anos de publicação, as áreas de estudo e citações. Assim foi possível realizar os levantamentos de forma quantitativa como segue nas figuras abaixo.

A Figura 2.7 apresenta os dez países com maior número de publicações, referente às palavras chave étnico, etnia e indígena. E segue na seguinte ordem em quantidade de publicação, com o seguinte resultado: Estados Unidos, Chile, Inglaterra, França, Brasil, Canadá, Colômbia, Itália, Espanha, País de Gales.

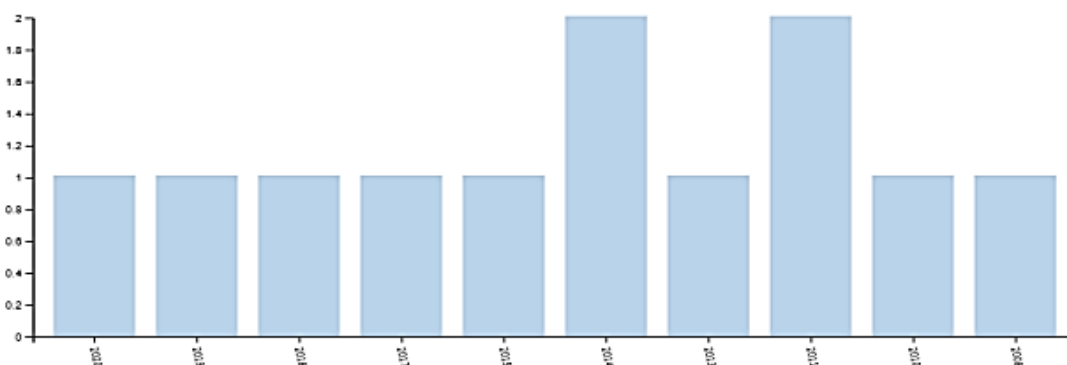
Figura 2.7. Países que mais publicaram sobre a temática entre 2012 e 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

Por outro lado, a Figura 2.8 apresenta o demonstrativo dos anos que teve maior publicação referente às palavras chave, ficando claro que os anos de maior referência sobre o tema se destaca nos anos de 2011 e 2014.

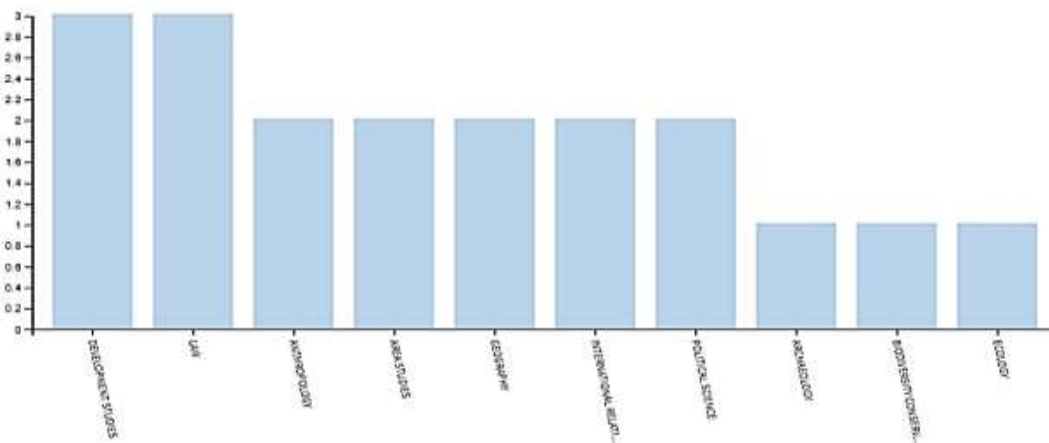
Figura 2.8. Ano de crescimento das publicações contendo as palavras chave no período pesquisado



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

A Figura 2.9 apresenta as áreas de estudo que teve maior publicação referente ao tema das palavras chave sendo estabelecias as seguintes áreas: *Estudos de Desenvolvimento, Direito, Antropologia, Estudos de Área, Geografia, Relações Internacionais, Ciência Política e Conservação da Biodiversidade, Arqueologia, Ecologia.*

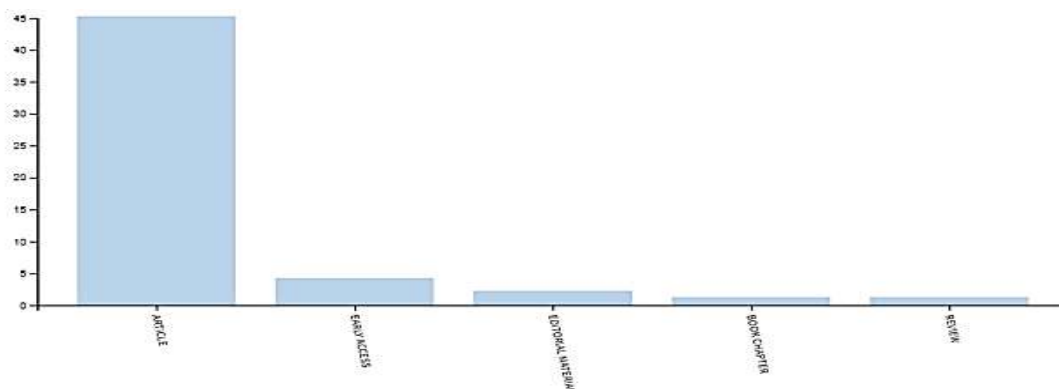
Figura 2.9. Áreas de estudos que mais publicaram com o tema utilizado nas palavras chave



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

A Figura 2.10 apresenta quais as formas de publicação foram mais utilizadas para publicação da temática das palavras chave: Article (14) e Review (1).

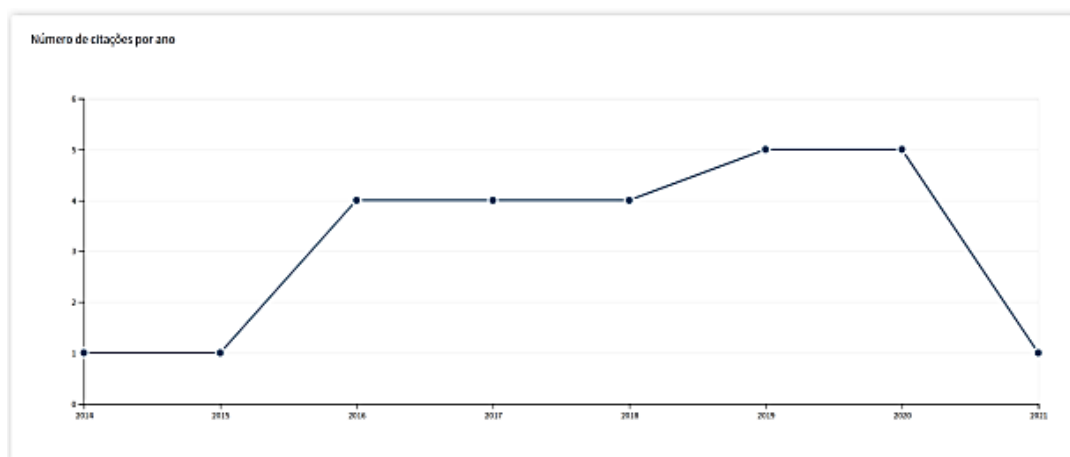
Figura 2.10. Formatos de documentos publicados no período



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

A Figura 2.11 apresenta o número de citações referente às palavras-chaves nos últimos oito anos, seguindo de 2014 a 2021, apresentado um maior crescimento nos anos de 2016, 2019, 2020.

Figura 2.11. Apresenta o número de citações entre 2014 e 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódico Capes (2022)

2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho utilizou a plataforma *Web Of Science* <https://www.webofscience.com/>, para a pesquisa bibliográfica através de três palavras chaves: “*ethnic*”, “*ethnicity*” and “*indigenous*”, ao qual resultou em 874 publicações. Com segundo ponto partida para pesquisa na plataforma foi introduzida as palavras chave: “*indigenous*” and “*ethnodevelopment*”, resultando em 15 publicações. Após a realização da pesquisa, os dados coletados foram sistematizados sendo possível identificar os países que mais obtiveram publicação, o uso das palavras chaves, as áreas de estudo mais utilizadas para publicação, os documentos de publicação e o número de citações nos últimos dez anos.

Dentre os países com maior número de publicações destaca-se os Estados Unidos, quanto ao demonstrativo dos anos que teve maior publicação referente a palavras chave destaca o ano de 2019, quanto aos documentos publicados em ambas as palavras chave obteve destaques os artigos com maior número de publicação contendo 14 publicações e quanto as citações referente as palavras chave nos últimos oito anos, se destacam os anos de 2016, 2019 e 2020.

É importante registrar que pesquisas científicas nessa área ainda são recentes e há pouca publicação à disposição para realização de levantamento bibliográfico, dessa maneira fica exposta a necessidade e relevância da presente pesquisa.

2. 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, L. H. E. Vukápanavo – O despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. 2019. Tese de Doutorado, Programa

de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 2019.

ARRUDA R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. In: LIMA A. C. de & HOFFMANN M. B. (orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. LACED, Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.

IBGE Educa. Conheça o Brasil – População Cor ou Raça. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 05 abr 2021.

KUJAWA H. A.; TONET, F. Direito territorial indígena: entre a ocupação tradicional e a produção do sustento. v.10, n. 03, Rio de Janeiro, 2017.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.

VERDUM R. Etnodesenvolvimento: Nova/Velha Utopia do Indigenismo. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

TERCEIRO CAPÍTULO: ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONSTRUINDO PONTES ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE INDÍGENA

Resumo: Os povos indígenas são ricos em conhecimento e são produtivos em suas parcelas de terras onde são cultivadas culturas para subsistência, além de possuírem ricos pomares em seus quintais. Este capítulo apresenta os resultados das práticas extensionistas junto à Aldeia Brejão, Nioaque-MS. O projeto foi proposto pela linha de pesquisa de Bioeconomia do Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais/UFMS e desenvolvido pela comunidade acadêmica e parceiros. Visando atender aos objetivos do projeto extensionista foi realizada num primeiro momento, um estudo exploratório, por meio de uma breve revisão de literatura. Em seguida, foram identificadas as áreas prioritárias para o oferecimento de minicursos e capacitações junto à comunidade. Sequencialmente, foram iniciadas as ações extensionistas por meio de palestras, oficinas e minicursos. E por fim, utilizou-se da aplicação de questionários ao grupo de associados, oriundos da população da pesquisa. Com a realização das práticas extensionistas foi possível observar a importância da interlocução universidade-comunidade, promovendo a troca de saberes entre as partes, à busca pela valorização de povos e comunidades tradicionais, bem como contribuir para a formação humanizadora da equipe executora.

Palavras-chave: bioeconomia, agroextrativismo, extensão universitária, associação indígena

Abstract: Indigenous peoples are rich in knowledge and are productive on their plots of land where subsistence crops are grown, in addition to having rich orchards in their backyards. This chapter presents the results of extensionist practices in Aldeia Brejão, Nioaque-MS. The project was proposed by the Bioeconomy research line of the Graduate Program in Natural Resources/UFMS and developed by the academic community and partners. In order to meet the objectives of the extension project, an exploratory study was carried out at first, through a brief literature review. Next, the priority areas for offering short courses and training to the community were identified. Sequentially, extensionist actions were initiated through lectures, workshops and short courses. And finally, we used the application of questionnaires to the group of associates, coming from the research population. With the implementation of extensionist practices, it was possible to observe the importance of university-community dialogue, promoting the exchange of knowledge between the parties, in the search for the appreciation of traditional peoples and communities, as well as contributing to the humanizing training of the executing team.

Keywords: bioeconomy, agroextractivism, university extension, indigenous association

3.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultante da prática de extensão universitária intitulada “Formação em atividades de suporte ao agroextrativismo sustentável - Associação Hanaiti Yomomo - AHY/ Aldeia Brejão - Nioaque, MS”, desenvolvido pela linha de pesquisa em bioeconomia do Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande.

O público-alvo do projeto proposto foi a Associação Hanaiti Yomomo (AHY), constituída por indígenas Terena da aldeia Brejão, TI de Nioaque, MS.

Atualmente a aldeia possui 481 pessoas (DSEI-MS, 2020), cerca de 126 famílias e possui a maior reserva de plantas nativas do Cerrado. A AHY tem por finalidade realizar o manejo adequado e cuidar da preservação de suas áreas tanto de cultivo quanto de reservas, com cultivo de hortaliças, frutíferas e espécies nativas do Cerrado. A AHY preza pela participação e envolvimento de mulheres, buscando desenvolvimento local e qualidade de vida, com compromisso e responsabilidade no cuidado de seu território. É importante destacar que a Associação foi criada com a finalidade de traçar estratégias para realizar propostas de projetos em parcerias com entidades que contribuam para o desenvolvimento da aldeia e TI em que está inserida, justificando a organização e execução do projeto.

O objetivo do projeto de extensão foi a execução de práticas extensionistas conectando o conhecimento disponível no meio acadêmico com as práticas produtivas na aldeia, visando dar apoio aos produtores indígenas em suas atividades. Dentre as ações realizadas no projeto destacam-se ações de agroecologia,

promoção a segurança alimentar, uso de plantas medicinais no bioma Cerrado, ações de suporte à agregação de valor e geração de renda à comunidade.

3.2. MATERIAIS E MÉTODOS

Os objetivos propostos no projeto de extensão caracterizam-se pela busca da aplicação prática de conhecimentos a fim de solucionar problemas específicos. Segundo Lakatos e Marconi (2001) utiliza-se neste estudo o método indutivo, o qual infere-se a uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas, partindo de dados particulares suficientemente constatados. Em relação aos seus objetivos, se faz necessário, segundo Gil (2009), uma abordagem descritiva exploratória uma vez que o projeto visa descrever as características de determinada situação, aqui representada pela comunidade em estudo.

Esta pesquisa iniciou-se com a submissão na Plataforma Brasil, sendo analisada previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, CAAE nº 58754122.2.0000.0021. Em seguida, foi encaminhada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – Conep, possuindo esta a autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade e de áreas temáticas especiais, dentre elas as populações indígenas, sendo a pesquisa aprovada em 22 de dezembro de 2022.

Visando atender a esse propósito foi realizada num primeiro momento, um estudo exploratório, por meio de uma breve revisão de literatura. Em seguida, foram identificadas as áreas prioritárias para o oferecimento das capacitações junto à comunidade indígena.

Sequencialmente, foram iniciadas as ações extensionistas por meio de palestras, oficinas e minicursos.

E por fim, utilizou-se do instrumento de coleta de dados (questionários) aplicados ao grupo de associados, oriundos da população da pesquisa, para identificar o perfil dos associados e a forma de colaboração junto a associação AHY. O instrumento de coleta (Apêndice I) é constituído de 03 seções, perfazendo 25 questões, sendo analisadas neste capítulo 13 questões (Seções I e II).

O tratamento dos dados foi realizado por meio do *software* Microsoft Office Excel. A execução do projeto de extensão ocorreu no período entre fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023, Aldeia Brejão Terra Indígena de Nioaque, no Estado do Mato Grosso do Sul.

3.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O instrumento de coleta aplicado ao grupo de indígenas obteve um total de 20 respondentes. Visando identificar o do perfil dos respondentes foram observadas variáveis descritivas, dentre essas: faixa etária, estado civil, escolaridade, renda familiar, seção I do questionário. Dentre os critérios de escolha dos respondentes, sobressaiu o histórico de ações com a organização, ou seja, a maioria dos respondentes ajudou a formar a entidade em prol dos interesses do agroextrativismo no território indígena.

Com o intuito de observar a interação dos associados com as atividades da Associação, a seção II do questionário se dedica às questões de produção e colaboração na Associação, dentre elas: tipos e formas de produção, participação em cursos de qualificação e capacitação oferecidos pela AHY, laços relacionais (confiança nos laços), avaliação da Associação por parte dos entrevistados, dentre outras.

O Quadro 3.1 apresenta os resultados da pesquisa, seção I.

Quadro 3.1. Quadro síntese dos resultados da pesquisa, perfil do entrevistado

Gênero	50,0% Masculino 50,0% Feminino
Faixa etária	0% 18-25 anos 25% 26-30 anos 35% 31-40 anos 25% 41-60 anos 15% 61-70 anos
Estado Civil	10% Solteiro 70% Casado 15% União estável 0% Divorciado 5% Viúvo
Grau de escolaridade	0 % Não alfabetizado 0 % Alfabetizado 10 % Fundamental incompleto 5% Fundamental completo 0% Ensino médio incompleto 65% Ensino médio 5% Superior incompleto 10% Superior completo 5% Pós-graduação
Renda familiar	55% < 1 Salário mínimo 35% = 1 Salário mínimo 5% 2-4 Salários mínimos 0% 5-7 Salários mínimos 0% 8-10 Salários mínimos 0% > 10 Salários mínimos 5% não informado
Pessoas residentes no mesmo domicílio	0% 1 pessoa 5% 2 pessoas 25% 3 pessoas 40% 4 pessoas 20% 5 pessoas 10% > 5 pessoas

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O Quadro 3.2 apresenta os resultados da pesquisa, seção II.

Quadro 3.2. Quadro síntese dos resultados da pesquisa, produção e colaboração AHY

Quantas pessoas do seu domicílio trabalham na AHY?	0% 1 pessoa 5% 2 pessoas 25% 3 pessoas 40% 4 pessoas 20% 5 pessoas 10% > 5 pessoas
Com quais os tipos de produção você colabora na AHY? ¹	35% produção de mudas de hortaliças e leguminosas; 25% produção de mudas frutíferas; 70% coleta de frutos nativos (baru, pequi); 25% produção de hortaliças; 20% produção de leguminosas; 15% produção de grãos e cereais (feijão, milho, etc); 5% produção de sementes crioulas; 5% extração de castanhas; 10% produção agroecológica; 10% SAFs.
Os insumos (sementes, mudas, crias, filhotes etc) para a produção do produto final, em geral, são oriundas da própria terra indígena?	65% Sim 25% Não 10% Não informado/ não sabem
Como são comercializados os produtos gerados na AHY?	20% diretamente com o consumidor final 80% Feiras e exposições especializadas (produtos indígenas)
Já participou de algum curso, <i>workshop</i> , minicurso próprios da AHY ou ministrado por instituição parceira (na sede da Associação)?	65% Sim 20% Não 15% Não informado/ não sabem
Você participa das reuniões promovidas pela AH Y?	70% Sim 15% Não 15% Não informado
Você já realizou algum trabalho conjunto com outros membros fora das atividades da AHY?	65% Sim 15% Não 20% Não informado
Em uma escala de 1 a 5, sendo um 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito , qual valor atribuído ao trabalho que a AHY realiza atualmente?	5% 1 0% 2 0% 3 5% 4

¹ Valores cumulativos (superior a 100%)

	75% 5 15% Não informado
--	----------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados parciais das ações extensionistas foram submetidos ao XXIV Congresso Brasileiro de Arborização Urbana e III Congresso Ibero-Americano de Arborização Urbana, realizado em Campo Grande, MS entre 19 a 22 de setembro de 2022. O trabalho denominado “Práticas extensionistas em pesquisa etnobotânica: O caso da Aldeia Brejão, Nioaque, MS” foi um dos trabalhos premiados no evento e apresenta as ações realizadas até junho do presente ano (Apêndice II).

Devido a necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvido na organização, houve o levantamento de demanda entre os membros da organização em relação as áreas de interesse para o desenvolvimento de ações de capacitação. Os membros pautaram sua escolha nas áreas de gestão de empreendimento, manipulação de alimentos, práticas de coletas dos frutos nativos, produção da cultura da mandioca, arroz, banana e cana de açúcar e também a necessidade de atividades agroflorestais. Em seguida, foi realizada a busca por parceiros para a realização das oficinas e minicursos.

O Quadro 3.3 apresenta uma síntese das ações realizadas no projeto até dezembro de 2022.

Quadro 3.3: Ações de extensão do projeto “Formação em atividades de suporte ao agroextrativismo sustentável - Associação Hanaiti Yomomo - AHY/ Aldeia Brejão - Nioaque, MS”

Modalidade	Título	Facilitador(a)	Mês de execução	Número de participantes
Oficina	Plantio da Banana	Tércio Jacques Fehlauer/ Equipe CEPAER/AGRAER	03/2022	30
Oficina	Introdução à Bioconstrução com Terra como matéria principal	Flaviane Nantes, Pâmela Bianca	04/2022	30
Oficina	Uso de plantas medicinais e aplicação no bioma Cerrado	Paulo de Jesus Pereira/ Projeto Lua Crescente Ervas Mediciniais	07/2022	08
Dia de curso	O potencial da produção de alimentos do Cerrado e Pantanal – Projeto Cecane	Raquel Campos /Rosane Bastos/ Equipe UFMS	10/2022	15
Oficina	Curso Manipuladores de Alimentos e Boas Práticas de Fabricação com Frutos Nativos do Cerrado e Pantanal	Raquel Campos /Rosane Bastos/ Equipe UFMS	10/2022	30
Oficina	Produção de farinhas de frutos nativos, pães enriquecidos, doces e geleias e biscoitos de fruto nativos;	Raquel Campos /Rosane Bastos/ Equipe UFMS	11/2022	15

Fonte: Autor próprio

Visando discutir os resultados alcançados, casos similares foram pesquisados na literatura, sendo possível observar resultados correspondentes as ações realizadas na AHY e de grande impacto nas comunidades atendidas.

Araújo e Sousa (2018) apresentam a experiência extensionista em sistemas agroflorestais em comunidades indígenas nos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, interior do Estado do Amazonas. Segundo os autores, através da reativação do viveiro existente em uma das aldeias foram implementadas mudas florestais essenciais para a promoção do extrativismo local. Além disso, a realização de oficinas visando a troca de experiências e saberes locais foram fundamentais para execução do projeto extensionista.

No projeto desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, Nunes et al. (2018) apresentam os resultados de ações extensionistas promovidas às mulheres indígenas da comunidade do Guariba, Estado de Roraima, capacitando-as no beneficiamento e comercialização de pescado produzido pela comunidade. De acordo com os autores, a capacitação resultou em estímulo a ações empreendedoras a alguns membros da comunidade indígena, além de contribuir com a formação dos discentes do IFRR participantes dessa ação extensionista.

A partir do projeto de extensão intitulado “Via Açaí: educação e geração de renda em comunidades ribeirinhas da terra indígena Alto Rio Guamá” realizado pela UFRA - Campus de Capitão Poço, Estado do Pará, Lima Júnior, Trindade e Santa-Brígida (2015) relatam o desenvolvimento de ações extensionistas na Comunidade Indígena da Aldeia IARAPEIW’AZU, situada no Município de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará, visando promover capacitação para melhor aproveitamento e uso dos recursos naturais presentes na área, principalmente para o cultivo do açaí, principal fonte alimentar e de renda da comunidade indígena. Segundo os autores, dentre as ações do projeto, foi realizado o curso de capacitação sobre manejo de açazais em parceria com o SENAR objetivando melhoria na produção e na qualidade do trabalho desenvolvido na comunidade. Ainda segundo os autores, o projeto vem a—promover o

desenvolvimento da comunidade, não só a nível econômico, mas também no âmbito social, ambiental e cultural.

Em um estudo de caso realizado no projeto de “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”, Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda / MS, Rodriguez (2012) ressalta a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural apropriada às comunidades indígenas, de acordo com os princípios do etnodesenvolvimento, de modo a garantir o devido respeito às suas particularidades culturais e a promoção da autonomia da comunidade, resgatando práticas e costumes culturais adaptadas as condições presentes, promovendo a troca de saberes tradicionais e científicos, desbravando novas tecnologias físicas e sociais, que por sua vez, promove impacto positivo na cadeia produtivas dos empreendimentos locais fomentando e fortalecendo os laços produtivos dos povos e comunidades tradicionais.

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do projeto foi perceptível o alinhamento da comunidade com o conhecimento acadêmico buscando a mútua troca de saberes entre os participantes.

É importante destacar a indissociabilidade no tripé ensino, pesquisa e extensão no projeto proposto. O ensino praticado por meio das atividades de planejamento e execução, em especial na identificação da demanda, no apoio aos participantes e na vivência de suas realidades. A extensão, por meio da troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena e, por fim, a pesquisa sendo exercitada através da geração de conhecimentos.

Neste sentido, a extensão veio ao encontro com a necessidade da qualificação e aprendizado dos envolvidos no empreendimento que a Associação Hanaiti Yomomo executa, onde o foco principal é o agroextrativismo. A qualificação do grupo de indígenas proporcionou

um novo olhar para produção sustentável, promovendo um caminho para a segurança alimentar e a geração de renda.

Outro fator importante é o papel que Associação proporciona à comunidade, promovendo um espaço de articulação e mobilização dos coletivos indígenas que tem o olhar empreendedor para o agroextrativismo, preparando-os através de parcerias de fomento utilizando caminhos como este, a extensão universitária.

A presente pesquisa visa contribuir de alguma maneira para discussões teóricas e empíricas que envolvam o objeto de estudo. Entretanto, a pesquisa apresenta suas limitações, sobretudo o tempo de execução do projeto extensionista, sendo recomendado o uso conjunto de formas de execução (remota e presencial), bem como a participação das comunidades indígenas do entorno da comunidade assistida. Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se maior período de execução do projeto, envolvendo uma multidisciplinariedade das áreas, desde áreas de educação e cuidado com a saúde indígena, qualidade de vida, resgate da cultura e saberes ancestrais, gestão das organizações, meio ambiente dentre outras. Fica evidente a necessidade da parceria entre o “mundo científico” e o olhar empírico, pois este conjunto de saberes se completam, e logo a única forma da academia chegar às bases, é utilizando o pesquisador e a extensão para o laboratório “campo”, olhando os desafios e criando mecanismos sustentáveis de tecnologias de fácil manejo e acesso aos locais da pesquisa.

3.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, B. A.; SOUSA, V. A. Ações de extensionistas na implantação de sistemas agroflorestais em comunidades indígenas. In: SANTOS, A. F.; BARBOSA, G. J. (Org.) Extensão Rural, experiências, pesquisas e sindicalismo. v. 1. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2018.
- DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MS – DSEI-MS. Ação de emergência em saúde pública de importância nacional de combate à pandemia da Covid-19: Operação MS. DSEI/DIASI, 2020. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/2644/1/CP5_09320.pdf>. Acesso em 25 nov de 2022.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009. 176 p.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projetos e relatórios, publicação. v. 1. 2001. 225p.
- LIMA JÚNIOR, N. J. C.; TRINDADE, D. F. S.; SANTA-BRÍGIDA, M. R. S. Manejo de açáizais como elemento de mudança comportamental em busca da soberania alimentar de uma comunidade indígena na Amazônia. In: V Congresso Latinoamericano de Agroecología-SOCLA. 2015.
- NUNES, G. L.; BARROS, R. P.; FORTES, A. C.; RODRIGUES, C. I. B.; SANTIAGO, G. S. Beneficiamento e comercialização de pescado: capacitação para as mulheres da comunidade indígena do Guariba. Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR. E-ISSN 2447-1208, v. 5, n. 1, 2018.
- RODRIGUEZ, R. D. Assistência técnica e extensão rural (ATER) apropriada aos povos indígenas: o caso do projeto Produção sustentável de mandioca pelos Terena da Aldeia Argola. Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio. Universidade de Brasília. Planaltina, DF, 59 p, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa de etnodesenvolvimento e agroextrativismo sustentável realizado por famílias da etnia Terena, que fazem parte da Associação Hanaiti Yomomo – AHY, localizada na aldeia Brejão, Terra Indígena de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul. Esta organização promove ações com coletivo de mulheres, jovens e produtores indígenas que desenvolvem ações com ênfase no agroextrativismo, possibilitando a construção do etnodesenvolvimento na comunidade, preservando o bioma Cerrado presente em seu território.

Esta pesquisa foi constituída de três capítulos, sendo o primeiro relacionando ao contexto histórico, caracterizando a etnia Terena e suas práticas agroextrativistas, o segundo uma análise cienciométrica sobre o etnodesenvolvimento sustentável e, por fim, o terceiro capítulo destinado a apresentar a importância da junção do conhecimento tradicional e científico, onde, a prática da extensão demonstra ações concretas que atendem os anseios da comunidade.

Apesar de ser possível observar práticas de etnodesenvolvimento na aldeia e em outras experiências de povos originários, ainda a temática é pouca explorada na literatura. É importante registrar que pesquisas científicas nessa área ainda são recentes e há pouca publicação à disposição para realização de levantamento bibliográfico, expondo a necessidade e relevância da presente pesquisa.

E por fim, fica evidente a necessidade da parceria entre o mundo científico e o olhar empírico, pois este conjunto de saberes se completam, e logo, a única forma da academia chegar às bases, é utilizando o pesquisador e a extensão para o laboratório “campo”, olhando os desafios e criando mecanismos sustentáveis de tecnologias de fácil manejo e acesso aos locais da pesquisa.

Este trabalho apresenta de forma qualitativa o trabalho realizado pela organização e o papel dos indígenas no uso dos recursos naturais de seu território, demonstrando de forma

positiva os impactos sociais, ambientais, políticos, culturais e econômicos ocorridos ao longo da trajetória dos trabalhos desenvolvidos pela organização em busca contínua pelo etnodesenvolvimento agroextrativista.

REFERÊNCIAS

- AMADO, L. H. E. Vukápanavo – O despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. 2019. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 2019.
- ARAÚJO, B. A.; SOUSA, V. A. Ações de extensionistas na implantação de sistemas agroflorestais em comunidades indígenas. In: SANTOS, A. F.; BARBOSA, G. J. (Org.) Extensão Rural, experiências, pesquisas e sindicalismo. v. 1. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2018.
- ARRUDA R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. In: LIMA A. C. de & HOFFMANN M. B. (orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. LACED, Rio de Janeiro, 2002.
- AZANHA, G. As terras indígenas Terena do Mato Grosso do Sul. Revista de Estudos e Pesquisas. v.02, n.01. Brasília: FUNAI, 2005. p. 61-111.
- BALTAZAR, P. O Processo Decisório dos Terena. 2010. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. PUC, SP: São Paulo, 2010. 101f.
- BANIWA, G. S. L. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- BAVARESCO, A.; MENEZES, M. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Centro de Sensoriamento Remoto. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite: monitoramento do bioma Pantanal, 2008 a 2009. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/arquivos-biomas/relatrio_tcnico_monitoramento_pantanal_2008_2009_72.pdf>. Acesso em: 25 nov 2022.
- _____. b Decreto nº 7.747 de 05 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: 14 nov 2022.
- _____. c Ministério do Meio Ambiente. Revista SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Áreas Protegidas, Departamento de Áreas Protegidas – Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/revistasnuc_2022.pdf

- BRASIL, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm
- BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.
- BUCHILLET, D. Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006). França: Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2007.
- Capacitação em produção de mudas do Cerrado reúne povos e comunidades tradicionais no Mato Grosso do Sul. Cefpcerrado.iieb.org.br. 2018. Disponível em: <https://cefcerrado.iieb.org.br/capacitacao-em-producao-de-mudas-do-cerrado-reune-povos-e-comunidades-tradicionais-no-mato-grosso-do-sul/>
- CARNEIRO DA CUNHA (Org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Caminho das Letras, 2012.
- CHAVES, B. Dia do Índio: com política transversal, Estado atende 80 mil indígenas de oito etnias. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho. 19.04.2022. Disponível em: <<https://www.sedhast.ms.gov.br/dia-do-indio-com-politica-transversal-estado-atende-80-mil-indigenas-de-oito-etnias/>>. Acesso em: 15 nov 2022.
- CUNHA, M. C., MAGALHÃES, S. B., ADAMS, C. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.132p.
- DAYRELL, C. A. Agricultura Geraizeira, Identidade e Educação / Geraizeira agriculture, identity and education. Trabalho & Educação. v. 21, n. 3, p. 99–120, 2012.
- DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MS – DSEI-MS. Ação de emergência em saúde pública de importância nacional de combate à pandemia da Covid-19: Operação MS. DSEI/DIASI, 2020a. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/2644/1/CP5_09320.pdf> Acesso em 25 nov de 2022.
- DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL – DSEI-MS. Covid-19: Plano de Contingência DSEI-MS. Campo Grande, MS. 2020b. Disponível em: https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_0015513692_Plano_de_contingencia_DSEI_MS.pdf
- FERREIRA A. B. B. Pantanal Mato-Grossense: considerações sobre a proteção constitucional para um desenvolvimento econômico sustentável. Interações (Campo Grande). v. 14, n. 1. Campo Grande, MS, 2013. p. 11-20.
- FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP. A História dos povos indígenas brasileiros. Coleção acesso aos direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena. Escola Nacional de Administração Pública, Diretoria de Educação Continuada. Brasília, DF, 2021.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009. 176 p.

- Google. Google Earth Pro v. 7.3. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/about/versions/#download-pro>. Acesso em 30 jan 2023.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa de Biomas do Brasil –primeira aproximação. Rio de Janeiro, 2004 (adaptado). Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf>. Acesso em: 14 nov 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IBGE Educa. Conheça o Brasil – População Cor ou Raça. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 05 abr 2021.
- KUJAWA H. A.; TONET, F. Direito territorial indígena: entre a ocupação tradicional e a produção do sustento. v.10, n. 03, Rio de Janeiro, 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projetos e relatórios, publicação. v. 1. 2001. 225p.
- LIMA JÚNIOR, N. J. C.; TRINDADE, D. F. S.; SANTA-BRÍGIDA, M. R. S. Manejo de açaiçais como elemento de mudança comportamental em busca da soberania alimentar de uma comunidade indígena na Amazônia. In: V Congresso Latinoamericano de Agroecología-SOCLA. 2015.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Plano Estadual de Saúde Mato Grosso do Sul 2018 – 2020 – Campo Grande: SES, 2020. 301 p.
- MIRANDA, C. C. Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2006.
- MIRANDA, C. C. Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos. Interações (Campo Grande). v. 8, n. 2. Campo Grande, MS, 2007. p.243-249.
- MEIRA, F. O.; NUNES, F. G. Território e relações de trabalho: representações de alunos Terena da terra indígena de Nioaque/MS. Revista Brasileira de Educação em Geografia. v. 10, n. 19. Campinas, 2020. p. 424-444.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.
- NUNES, G. L.; BARROS, R. P.; FORTES, A. C.; RODRIGUES, C. I. B.; SANTIAGO, G. S. Beneficiamento e comercialização de pescado: capacitação para as mulheres da comunidade indígena do Guariba. Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR. E-ISSN 2447-1208, v. 5, n. 1, 2018.

- OLIVEIRA, R. C. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro. 1976. 152p.
- OSGeo. Open Source Geospatial Foundation. Quantum GIS (QGIS). Open Source Geographic Information System (GIS). Version 3.16.1. “Hannover”. 2020. Disponível em: <http://qgis.org/>.
- PEREIRA, L. M. Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados, Editora UFGD, Dourados, 2009.
- Quadro Geral dos povos. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos>. Acesso em: 26 nov 2022.
- RESENDE, R.; TOMIOKA, M.; AZANHA, G. Programa para o monitoramento ambiental e fomento de atividades não predatório em terras indígenas do Brasil. Documento-base para discussão no seminário de 22 a 25 de março de 1999. Áreas Terena de Miranda-Terra Indígena Cachoeirinha. Miranda, MS: CTI-Centro de Trabalho Indigenista, 1999.
- RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. A Mata Atlântica no estado de Mato Grosso do Sul. 2022. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_ms.asp> Acesso em: 25 nov 2022.
- RIZZINI, C. T. Tratado de fitogeografia do Brasil. v.2. Aspectos ecológicos. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979. 327p.
- RODRIGUEZ, R. D. Assistência técnica e extensão rural (ATER) apropriada aos povos indígenas: o caso do projeto Produção sustentável de mandioca pelos Terena da Aldeia Argola. Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio. Universidade de Brasília. Planaltina, DF, 59 p, 2012.
- SMITH, M.; STIBICH, G.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). PNGATI: Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. – Brasília: Projeto GATI/Funai, 2016. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/8514/8839/5235/Plano_Integrado_de_Implementacao_da_PNGATI.pdf
- TABARELLI, M.; PINTO, L. P.; SILVA, J. M. C.; HIROTA, M.; BEDÊ, L. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. Megadiversidade (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 132-138, 2005.
- Unidade Multiuso Agroextrativista na Aldeia Brejão. Dgmbrasil.org. 2018. Disponível em: <https://www.dgmbrasil.org.br/pt-br/institucional/subprojeto/valorizacao-dos-recursos-locais/>
- URQUIZA, A. H. A.; VIEIRA, C. M. N.; SOUZA, I.; VARGAS, V. L. Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo. Módulo 2. Campo Grande, MS: UFMS, 2010. 93p.
- VARGAS, V. L. F. A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI. 2011. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Instituto

de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: UFF, 2011. 187 f.

VERDUM R. Etnodesenvolvimento: Nova/Velha Utopia do Indigenismo. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

VIANNA, F.; SIQUEIRA JR., J.; MENEZES, M.; MILLER, R. Gestão Ambiental e Territorial Indígena no Brasil: Contribuições do projeto GATI. Brasília, FUNAI, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/2017/gatii-web.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2022.

APÊNDICES

Apêndice I: Questionário de pesquisa

Título da Pesquisa: Agroextrativismo a partir de práticas realizadas pela Associação Hanaiti Yomomo (AHY), situada na Aldeia Brejão, T. I. Nioaque/MS

Pesquisador responsável: Alexandro da Silva Souza

Área temática: Estudos com populações indígenas

Aprovado em: 20.12.2022

CAAE: 58754122.2.0000.0021

Data: ___ / ___ / 2022

Entrevistador: _____

Nome _____ da _____ pessoa
entrevistada: _____

Perfil

1. Gênero: () Masculino () Feminino () Não informado

2. Idade: ___ anos

3. Estado civil: () Solteiro () Casado () União Estável () Divorciado () Viúvo (a) ()
Não informado

4. Escolaridade: () Não alfabetizado () Alfabetizado () Fundamental incompleto ()
Fundamental Completo () Ensino médio incompleto () Ensino Médio completo ()
Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo () Pós graduação

5. Renda familiar - mensal em salários mínimos vigente (R\$ 1.212,00):

() < 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () 2- 4 salários mínimos () 5 - 7 salários
mínimos () 8 - 10 salários mínimos () > 10 salários mínimos

6. Quantas pessoas residem em seu domicílio? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () > 5

Produção / Associação Hanaiti – Yomo – Omo (AHY)

7. Quantas pessoas do seu domicílio trabalham na AHY?
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () > 5

8. Com quais os tipos de produção você colabora na AHY?
() Produção de mudas de hortaliças e leguminosas;
() Produção de mudas frutíferas;
() Coleta de frutos nativos (baru, pequi);
() Produção da cultura semi-perene;
() Produção de hortaliças;

- Produção de leguminosas;
- Produção de frutas;
- Produção de grãos e cereais (feijão, milho, etc);
- Produção de sementes crioulas;
- Extração de castanhas;
- Produção agroecológica;
- SAFs;
- Criação de grandes e pequenos animais;
- Produção leite e derivados;
- Outros _____

9. Existe alguma delimitação de área para produção?

- Não Sim. Qual tamanho da área? _____ hectares

10. Os insumos (sementes, mudas, crias, filhotes etc) para a produção do produto final, em geral, são oriundas da própria terra indígena?

- Não Sim

Caso **não** seja oriunda da própria terra, qual agente fornecedor?

- Comunidades indígenas vizinhas;
- Funai;
- Órgãos de assistência técnica do Estado. Quais? _____
- Casas ou agentes especializados da região (município e entorno);
- Casas ou agentes especializados de outros municípios de MS;
- Casas ou agentes especializados de outros Estados. Quais? _____
- Instituições parceiras. Quais? _____
- Outros _____

11. Como são comercializados os produtos gerados na AHY?

- Diretamente com o consumidor final
- Feiras e exposições especializadas (produtos indígenas)
- Feiras e exposições não especializadas
- Outros _____

12. Já participou de algum curso, *workshop*, minicurso próprios da AHY ou ministrado por instituição parceira (na sede da Associação)?

- () Não
() Sim. Qual? _____(curso/instituição parceira)

13. Você participa das reuniões promovidas pela AHY?

- () Não
() Sim. Quantas reuniões você participa anualmente? _____

14. Você já realizou algum trabalho conjunto com outros membros fora das atividades da AHY? (exemplo: atividades conjunta de produção, mutirão, cursos, rodas de conversa etc)

- () Não
() Sim. Com qual frequência isso ocorre (ocorreu)? _____ vezes ao ano

15. Em uma escala de 1 a 5, sendo um **1 muito insatisfeito** e **5 muito satisfeito**, qual valor atribuído ao trabalho que a AHY realiza atualmente?

- () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

16. Quais as dificuldades enfrentadas enquanto associado?

Sustentabilidade

17. Você sabe o que é sustentabilidade?

- () Sim () Não

Se Sim, diga em poucas palavras o que é sustentabilidade para você:

18. Você usa ou já usou defensivos agrícolas?

- () Sim, utilizo atualmente
() Não utilizo



Sim, já utilizei

Nunca utilizei

Não informado

19. Você realiza o reuso de água ou gostaria de reutilizar?

Sim Não Não informado

Se Sim, como você reutiliza a água? Explique em poucas palavras

20. Você utiliza energia elétrica?

Sim Não Não informado

Se Sim, estaria disposto a trocar a energia elétrica (tradicional) por alguma fonte de energia renovável?

Sim Não

Se Sim, qual?

Energia Fotovoltaica / Solar

Energia Biodigestor

Outros _____

Se Não, por que?

Falta de recursos financeiros

Falta de conhecimento

Acredita que não irá gerar melhorias

Outros:

21. Você realiza processos de proteção e recuperação do solo na terra indígena?

Sim Não Não informado

Se Sim, quais medidas são tomadas para cuidados e recuperação

22. Você acredita que o processo produtivo que ocorre na AHY pode interferir na qualidade do ar ou da água da aldeia?

() Sim () Não () Não informado

Se Sim, quais medidas poderiam ser tomadas para reduzir esse impacto:

23. Você separa e envia embalagens para a reciclagem?

() Sim () Não () Não informado

Se Sim, que tipo de material / embalagem você envia para reciclagem:

24. Em relação a reserva florestal (incluindo matas ciliares) você considera:

- () Degradada
- () Em processo de degradação
- () Ameaçada (uso indevido)
- () Em processo de recuperação
- () Recuperada
- () Preservada
- () Outros _____

25. O agroextrativismo enquanto atividades agrícolas sustentáveis promovido na aldeia colabora para conservação do meio ambiente?

() Sim () Não

Relate em poucas palavras a sua resposta _____

Apêndice II:

SOUZA, A. S.; NANTES, F. O.; ANACHE, J. A. A.; GUARALDO, E.; BACARJI, A. G. Práticas extensionistas em pesquisa etnobotânica: o caso da Aldeia Brejão, Nioaque, MS. In: “**A Floresta Urbana Viva**”. XXIV Congresso Brasileiro de Arborização Urbana e III Congresso Iberoamericano de Arborização Urbana. CBAU-CIAU 2022. Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://amplaeditora.com.br/publicacoes/3874/>>. Acesso em 13/12/2022. DOI: 10.51859/ampla.fuv884.1122-0.

CAPÍTULO XXII

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS EM PESQUISA ETNOBOTÂNICA: O CASO DA ALDEIA BREJÃO, NIOAQUE, MS

Alexandro da Silva Souza¹
Flaviane de Oliveira Nantes²
Jamil Alexandre Ayach Anache³
Eliane Guaraldo³
Alencar Garcia Bacarji⁴

¹ UFMS, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Campo Grande, MS, Brasil;

² UFMS, Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Campo Grande, MS, Brasil;

³ UFMS, Docente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Campo Grande, MS, Brasil;

⁴ alencarbacarji@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de extensão junto à Aldeia Brejão, Nioaque-MS. O projeto foi proposto pela linha de pesquisa de Bioeconomia do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais/UFMS e desenvolvido pela comunidade acadêmica e parceiros. O objetivo deste trabalho é apresentar o relato de experiência das práticas extensionistas conectando o conhecimento disponível no meio acadêmico com as práticas produtivas na aldeia. Para o desenvolvimento do projeto inicialmente foi realizada uma revisão de literatura. Em seguida, foram identificadas áreas prioritárias para o oferecimento das ações. E por fim, foram iniciadas as ações por meio de palestras, oficinas e minicursos. No período analisado foram realizadas três ações: Oficinas em Bioconstrução, Dia de curso de produção de alimentos e Oficina de plantio de banana. Outras ações estão em andamento. Com a realização das práticas extensionistas foi possível observar a importância dos princípios etnobotânicos em consonância com os princípios do etnodesenvolvimento de modo a garantir a promoção à segurança alimentar.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento, ensino-pesquisa-extensão, preservação socioambiental, bioeconomia, economia indígena.

ABSTRACT

This work presents the partial results of the extension project in Aldeia Brejão, Nioaque-MS. The project was proposed by the Graduate Program in Natural Resources/UFMS, research area of "Bioeconomics", and developed by the academic community and partners. The objective of this work is to present the experience report of the extensionist practices connecting the knowledge available in the academic environment with the productive practices in the indigenous village. For the development of the project, a literature review was initially carried out. Next, priority areas were identified for offering the actions. Finally, actions were initiated through academic lectures, workshops and mini-courses. In the analyzed period, three actions were carried out: Bioconstruction Workshop, Food Production Course Day and Banana Planting Workshop. Other workshops are being developed at the moment. With the implementation of extension practices, it was possible to observe the importance of ethnobotanical principles in line with the principles of ethnodesvelopment in order to guarantee the promotion of food security.

Key-words: ethnodesvelopment, teaching-research-extension, socio-environmental preservation, bioeconomics, indigenous economy.



1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas são ricos em conhecimento e são produtivos em suas pequenas parcelas de terras onde são cultivadas culturas para subsistência, tais como arroz, feijão, milho, mandioca, banana, além de possuírem ricos pomares em seus quintais dispendo de frutas o ano todo.

O presente trabalho apresenta os resultados parciais da prática de extensão universitária proposta pelo projeto "Formação em atividades de suporte ao agroextrativismo sustentável - Associação Hanaiti Yomomo - AHY/ Aldeia Brejão - Nioaque, MS", desenvolvido pelo Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande.

O público-alvo do projeto é a Associação Hanaiti Yomomo – AHY, fundada com a finalidade de traçar estratégias para realizar propostas de projetos em parcerias com entidades que contribuam para o desenvolvimento da Aldeia e da Terra Indígena (TI) de Nioaque, a AHY busca em suas ações valorizar e quando necessário resgatar o conhecimento tradicional do povo indígena Terena em suas práticas produtivas.

A tradição do povo Terena fortemente ligada à agricultura ao longo do tempo foi sendo deixado de lado, pois foi se perdendo a credibilidade no sistema de produção tradicional. Historicamente, os projetos extensionistas executados com foco no etnodesenvolvimento demonstram que é possível oportunizar à comunidade uma alternativa sustentável que dê segurança ao modo de vida não afetado pelas atuais políticas indigenistas, em especial em um momento desafiador como o de enfrentamento ao Covid-19.

O objetivo do projeto de extensão é a realização de práticas extensionistas conectando o conhecimento disponível no meio acadêmico com as práticas produtivas na aldeia, visando dar apoio aos produtores indígenas em suas atividades. Dentre as principais ações do projeto destacam-se ações de agroecologia, promoção a segurança alimentar, agregação de valor e geração de renda à comunidade.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa realizada caracterizou-se pela busca da aplicação prática de conhecimentos a fim de solucionar problemas específicos. Utilizou-se neste estudo o método indutivo, o qual infere-se a uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas, partindo de dados particulares suficientemente constatados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Em relação aos



seus objetivos, foi realizada uma abordagem descritiva exploratória uma vez que o projeto visa descrever as características de determinada situação, aqui representada pela comunidade em estudo (GIL, 2009).

Inicialmente, buscou-se a sensibilização da comunidade através das discussões homem-natureza, buscando abordar conceitos de etnobotânica, etnodesenvolvimento e preservação ambiental.

O presente resumo foi constituído em três etapas de pesquisa. Inicialmente foi realizado um estudo exploratório, por meio de uma breve revisão de literatura. Em seguida, foram identificadas junto à comunidade as áreas prioritárias para o oferecimento das capacitações. E por fim, foram iniciadas as capacitações por meio de palestras, oficinas e minicursos.

O período de execução do projeto de extensão ocorre entre fevereiro e dezembro de 2022. Entretanto, para a elaboração dos resultados parciais deste artigo, foram consideradas as ações realizadas entre março e junho de 2022.

No período analisado foram realizadas três ações na comunidade, todas em formato presencial buscando a integração e sincronia entre a equipe executora e a comunidade. Cerca de 15 indígenas da comunidade foram capacitados em cada oficina.

3. RESULTADOS

A primeira oficina intitulada "Introdução à Bioconstrução com Terra como matéria principal", realizada por especialistas em bioarquitetura, abordou a arquitetura vernacular resgatando a relação homem-natureza, bem como os conhecimentos locais. A segunda oficina, realizada por técnicos do Centro de Pesquisa e Capacitação da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul - CEPAER/AGRAER, teve como tema a produção de bananas (Figura 1). A oficina tratou de aspectos tecnológicos e de manejo visando abordar o potencial da cultura no cerrado, bem como os riscos climáticos e fitossanitários existentes na cultura.

Figura 1: Oficinas de bioarquitetura (esquerda) e de planta de fantasia (direita)



Fonte: Arquivo dos autores (2022)

Considerando o período de execução do projeto, a terceira capacitação foi o dia de curso intitulado "Potencial da produção de alimentos do Cerrado e Pantanal" realizado por pesquisadores do Projeto Cocane-UFMS e alunos de graduação do curso de Engenharia de Alimentos da UFMS, Campus Campo Grande (Figura 2). Além de aspectos teóricos abordando temas como alimentação e cultura; colheita e pós-colheita de frutos nativos, foram realizadas oficinas visando propiciar o conhecimento e aperfeiçoamento sobre boas práticas de higiene e manipulação de frutos nativos, além de oficinas em produção de biscoitos e geleias, padronização e cálculo de porções e rendimentos de receitas, dentre outras atividades.

Figura 2: Dia de curso sobre o potencial da produção de alimentos do Cerrado e Pantanal - Projeto Cocane



Fonte: Arquivo dos autores (2022)

Outras ações foram propostas no projeto em parceria com pesquisadores e instituições parceiras: Uso de plantas medicinais e aplicação no bioma Cerrado; ações nas áreas de Economia circular e Empreendedorismo social; Merenda escolar indígena e Segurança Alimentar, dentre outras.



4. DISCUSSÃO

Em um estudo de caso realizado no projeto de "Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola", Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda/MS, Rodríguez (2012) ressalta a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural apropriada às comunidades indígenas, de acordo com os princípios do etnodesenvolvimento, de modo a garantir o devido respeito às suas particularidades culturais e a promoção da autonomia da comunidade, resgatando práticas e costumes culturais adaptadas às condições presentes. Guimarães et al. (2019) em um estudo realizado com pacientes e acompanhantes indígenas sob tratamento médico na rede de atenção à saúde do Distrito Federal afirmam que a realização de rodas de conversa e oficinas diversas - oficinas em artes e grafismo indígena, oficina em canto, dança, jogos e oficina em roça de plantas comestíveis e medicinais potencializaram a compreensão dos atores pesquisados, permitindo a criação de atividades estratégicas para mudança do ambiente. Além disso, os autores destacam a importância da execução dos projetos de extensão como novas fontes de conhecimento sobre diversidade de práticas de cuidado encontrados no país. Prestes e Laroque (2017) em um estudo realizado junto a TI Foxá, etnia Kaingang, município de Lajeado/RS afirmam que a tradição indígena orienta à preservação ambiental, sendo a escola um meio de efetivar a educação ambiental. Segundo os autores é perceptível o aprendizado em um ambiente não-formal de educação, onde crianças e adultos aprendem em contexto com a natureza, sendo este, um modo de contribuir para a preservação ambiental e as permanências indígenas. Cabe destacar na literatura consultada e não transcrita neste resumo, o potencial para desenvolvimento de ações com foco em quintais para plantas medicinais e/ou quintais produtivos, contribuindo para a segurança alimentar indígena, a qual influencia diretamente a saúde indígena.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização das práticas extensionistas foi possível observar a importância dos princípios etnobotânicos em consonância com os princípios do etnodesenvolvimento de modo a garantir a promoção à segurança alimentar.

Além disso, com o desenvolvimento das ações, é perceptível o alinhamento em prol da melhoria da qualidade de vida a comunidade, seja através da geração de renda, seja através do resgate dos saberes tradicionais e conhecimentos ancestrais promovendo a autonomia dos povos indígenas em prol das gerações futuras.



Cabe destacar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O ensino praticado por meio das atividades de planejamento e execução, em especial na identificação da demanda, no apoio aos participantes e na vivência de suas realidades. A extensão, por meio da troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a Aldeia Brejão e, por fim, a pesquisa sendo exercitada através da geração de conhecimentos, iniciando por meio desta publicação.

O aprendizado, a formação humanizadora e o incentivo à busca pela valorização de povos e comunidades tradicionais foram marcantes à equipe executora. Como recomendação a pesquisa futuras, sugere-se o desenvolvimento de práticas extensionistas em TI das demais etnias presentes no bioma Cerrado.

REFERÊNCIAS

- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2009. 176 p.
- GUIMARÃES, S. M. F.; ROSA, J. C. S.; VASCONCELOS, J. P. R.; ANDRADE, F. R. For entre sociabilidades diversas: experiências de um projeto de extensão na saúde indígena. *Participação*, (S. J.), n. 27, p. 27-35, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projetos e relatórios, publicação e trabalho científico*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2003. 256 p.
- PRESTES, F. S.; LAROQUE, L. F. S. A perspectiva ambiental na escola indígena "Gatén" da comunidade Kalngang Fossá de Lajesdo/RS. *Anais SNCMA*, v. 8, n. 1, p. 01-11, 2017.
- RODRIGUEZ, R. D. *Assistência técnica e extensão rural (ATER) apropriada aos povos indígenas: o caso do projeto Produção sustentável de mandioca pelos Terena da Aldeia Argola*. Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio. Universidade de Brasília. Planaltina, DF, 59 p. 2012.

